



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Acta n.º 12

Ao vigésimo segundo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dez de Dezembro e Aditamento de dezasseis de Dezembro de 2010, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativo ao ano de 2011; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Albufeira, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, na redacção dada pela Lei n.º5-A/02 de 11 de Janeiro, de 23 de Outubro de 18 de Setembro e nos termos do art.6º da Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Estrutura Flexível e Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Albufeira, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de prorrogação do período de utilização do empréstimo até ao montante de € 18.000.000,00, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2011/2014, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2011, incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD) (21:40h), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Luis Manuel Gomes Fernandes (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Alberto Esteves do Rego Saraiva (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui



Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Anabela Santos Nobre (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Ramiro José Nunes Fernandes (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), Joaquim Manuel Correia Vieira (Guia), Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Olhos d'Água) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira (22:55h) e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, e em regime de não permanência, a Vereadora Francelina da Luz Rodrigues Lourenço. -----

FALTAS: Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Sara Luisa Ascensão Marques Carvela (Membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (Membro suplente PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE) e José Eduardo Ramos Simões (Membro suplente BE). -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Oliveira, Sara Carvela, Carlos Gabriel, Nuno Lage e Lisboa, Helena Simões, Maria do Rosário Charrua e José Simões, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Luis Fernandes, Alberto Saraiva, Anabela Nobre e Ramiro Fernandes. -----

Havendo quórum (**vinete e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com a tomada de posse de um novo membro do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira, devido a alterações na sua composição (doc. anexo à acta). -----

Depois da tomada de posse, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público. ----
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Marina Poupá - "Boa noite e boas festas a todos. Tenho vários tópicos, entre os quais o dito "Giro". Recentemente fui a Portimão e vai ser alargado o "vaivém" lá. Eu já tenho visto turistas a perguntar qual é o "Giro" para os Olhos d'Água. Não há! Qual é o "Giro" para o Algarve Shopping? Não há! Mas em Lagos, Portimão, estão a alargar. Até Loulé criaram um circuito ao fim-de-semana que percorre Vilamoura e Quarteira. E nós, somos os menos, em todo o Algarve, em termos de transportes urbanos. Está afixado em Portimão, estive lá recentemente, que vão alargar os circuitos a partir do dia 3 de Janeiro de 2011. Tempos de crise, não quer dizer que não haja dinheiro, quer dizer que tem de ser utilizado em condições e, felizmente, há Câmaras que se estão a lembrar que os utentes precisam das coisas. Outra coisa. Estão a ser criados parques pagos a nível de Albufeira toda mas, quando acaba a feira, os carrinhos de choque e os outros entretenimentos ficam por ali acampados nos parques adjacentes, sem pagarem nada, uma série de tempo. Uns pagam para os outros. Também, ao lado do Terminal Rodoviário, a aldeia dos ciganos está a crescer a olhos vistos. Na minha terra, sou

natural de Moura, eles em parceria com a Recer conseguiram desalojá-los da antiga estação de caminhos-de-ferro. Tinham uma aldeia formada e hoje em dia já não está lá nada, há paz e sossego, e há lá uma Urbanização e limpeza. Por exemplo, agora está a haver o temporal na Madeira. Está um burquinho aberto ao pé da Cocheira, nas obras do jardim. Espero bem que nós nunca consigamos emparelhar com a Madeira, com estas obras, a encurtar caudais de rio e tudo. Aquilo está lindo, está ótimo, mas encurtamos o caudal de um rio e a natureza é soberana. Eu hoje presenciei na Segurança Social uma coisa que a Câmara, já que fiscaliza muita coisa, deve fiscalizar tudo. Ali na Urbanização Habijovem, onde está o largozinho, funcionárias de uma administração de condomínios, a Hadmitel, que eu conheço, estavam a abastecer-se de água e a lavar as esfregonas e vassouras. Toda a gente estava a ver. Isto não parece nada bem, nós é que pagamos aquela água. Eu fui mais ou menos mal tratada na Segurança Social, disseram-me que era por eu estar desempregada e o meu marido é voluntário. Dêem-me um trabalho que eu vou já trabalhar hoje. Tenho sido muito mal tratada, infelizmente. Albufeira também não está nas melhores bocas do mundo. É um ilustre cidadão de Albufeira, que agora está na boca do povo por tráfico de droga e por ter deixado um "caldinho" na Câmara Municipal de Portimão, é o Hotel Montechoro que, de vez em quando, está a ir à praça, é o Fernando Barata que de vez em quando estão a penhorar-lhe coisas. Eu só quero que não se agridam uns aos outros. O bom já se está a dar com o Wikileaks. Hoje já ninguém se cala. Aqui não há segurança rodoviária, as pessoas estão constantemente inseguras. Passam-se alvarás e depois, desenrasquem-se. Não pode ser! Precisamos de ir ao Algarve Shopping ou à Apexa e não há transportes nenhuns, nem segurança para atravessar as vias. Até estão sempre ramos de flores a relembrar que alguém faleceu ali. É só "show off", imagem, e o conteúdo? Faz falta conteúdo. Só quero que pensem nas pessoas que produzem em Albufeira, eu já produzi, agora não produzo, infelizmente estou na maior empresa do país que é o Centro de Emprego, mas se me derem trabalho eu vou. Tenham isso em linha de conta. Têm muita concorrência, Portimão por exemplo. Até o fim de ano, tem o melhor do Algarve. Tem as casas mais baratas." -----

Carlos Ventura - " Boa noite a todos. Fico contente que as pessoas por fim comecem a falar. É um sinónimo de progresso. O Sr. Presidente sentiu a minha falta, eu disse que não vinha e continuo a vir. Eu estou aqui e gosto de brincar porque o riso dá saúde. Hoje sou comunista assumido e prezo-me de pertencer a este partido, um partido que defende a justiça. Sou filiado ao partido mas não estou aqui como partidário, estou aqui individualmente. Nós pertencemos a um partido, mas eu sou do partido que realmente trabalha com o povo (doc. 1). " -----

4

5



III
 DO COMPARTEILHADO DO O SER COM A PLANETA
 NÃO É APOLOGIA DA MEDIOCRIDADE / NÃO SOUJEIÇÃO
 FICOU / SIM SÃO UM EXPLORADOR DA MENTE PODEROSA
 O EXTENSIONISMO DO CONCEITO DA CONSCIÊNCIA / A
 TRATORAR O MEU PÓRNO CONCEPTO / DESTA SOCIEDADE
 DE FILOSOFIA DEVIADA
 ESTE CONCEPTO É VULGA A TAREFA DE ANÁLISE COM-
 TÁVEL NÃO DESOVIÁ / CONSTRUÇÃO DE CALCULOS DO
 E QUALIDADE NADA NO CLAMOROSO CONSTRUÇÃO A MENTE
 PELA CRIANÇA PELA CONSCIÊNCIA / UM POLÍSTIO MA-
 É UMA IMAGEM / AO CONHECER O OBJECTIVO DO COM-
 PÉRIO DA FREGUESIA DO PAÍS DA PLANETA
 O QUE É ISOLADO NÃO EXISTE REALIZAÇÃO DE
 UMA SOCIEDADE DE BUSCA
 O CULTO DE PERSONALIDADES É UM VASO TRAPS-
 BORANDO O CONCEPTO DA PARADOXALIDADE DO SER
 HUMANO



Luis Magalhães - "Boa noite. Dirijo-me ao Sr. Presidente da Assembleia. Tenho dois assuntos a apresentar, um de ordem geral e outro de ordem particular. Começo por aquele de ordem geral, que é o que vincula de certa maneira a imagem de Albufeira (doc.2)". -----

1º - Dia 14 de Julho, pelas 11 horas, fui abalroado por um veículo da caixa aberta da CMA ('choque de retrovisores') do que resultou a quebra do meu espelho panorâmico e ligeira amassadura na parte envolvente do mesmo.

O condutor do dito carro recusou-se liminarmente a identificar-se, dizendo que 'um azar acontece a todos' e que o veículo, sendo pertença da CMA era a esta que competia resolver o assunto. Repetidas vezes afirmou, que 'não assinaria nada nem dava o nome'.

Como não devia conduzir sem esse acessório (Infração ao CE) fiz imediatamente uma participação no Serviço de Atendimento da CMA tendo-me sido dado 'comprovativo de entrega' e os contactos para que me inteirasse do respectivo andamento.

2º- Na impossibilidade de obter qualquer resposta, dirigi-me pessoalmente de novo ao já citado Serviço de Atendimento no dia 23 do mesmo mês de Julho, tendo sido recebido atenciosamente pela Sra Dra Cristiane Rodrigues que, após alguns contactos telefónicos, me aconselhou que 'fizesse fotografias dos danos e que, dado o fraco montante dos danos (que entretanto tinha sido estimados em 40 euros, uma vez que prescindia da substituição do plástico exterior) podia proceder à reparação, fazendo emitir a respectiva factura em nome da CMA, que tinha seguros que cobriam sem mais esses pequenos acidentes.

3º- No dia 3 de Agosto, tendo conseguido a substituição do espelho, foi-me dito pelo garagista que não poderia emitir a factura em nome da CMA por ignorância, da minha parte, do respectivo NIF.

Dirigi-me então novamente junto da já citada Sra Dra, remetendo as fotos que me tinha pedido, acompanhadas duma carta onde pedia o NIF. Manifestamente pouco à vontade, lá me foi dizendo que eu nem podia imaginar quantas pessoas já se tinham debruçado sobre o meu caso, e que me podia confidencializar que talvez fosse preciso um confronto com o condutor dadas as versões contraditórias, e que brevemente o vereador com o pelouro respectivo me iria escrever nesse sentido, e que por isso não devia mesmo receber a carta que eu queria, e devia, penso eu, remeter.

4º- Efectivamente, a 6 de Agosto recebi uma 'incrível' carta assinada pelo respectivo Vereador, Exmo Sr Dna Sequeira, a quem me ligam aliás laços de consideração e amizade, mas, no meu entender, dificilmente saída da sua pluma, onde era afirmado, *ipsis verbis*, que o condutor da viatura camarária alega que fui eu que gulei a minha viatura na sua direcção, e que perante esses factos a Edilidade não podia acionar o seguro, etc., etc..

5º- Reagi evidentemente a essa missiva, em carta datada do mesmo dia 6 de Agosto relembrando sucintamente:

- a) Que o condutor tinha obrigação legal de declinar a sua identidade, fosse de quem fosse a culpa, quanto mais não fosse para eu poder acionar o meu seguro, que aliás cobre todos os riscos. O mínimo que a CMA devia ter feito era levantar um processo disciplinar ao referido colaborador e me apresentar desculpas por essa falha, fosse de quem fosse, repito, a responsabilidade do pequeno incidente.
- b) Que, se procedi à reparação foi porque uma colaboradora dessa CM, que se identificou como responsável do Serviço Jurídico, me aconselhou a fazê-lo. E não é o



facto da entretanto, como me comunicou o Sr Vereador, ter sido transferida que invalida, a posteriori, a autorização que me deu.

- c) Que, mais que o valor da reparação, já foi largamente ultrapassado em deslocações inúteis à CMA, foi a imperdoável atitude do motorista que me feriu, pois colocando-me no papel do turista tipo que por aqui se queda uns dias, no máximo umas semanas, teria sido, no mínimo, indevidamente tratado por um condutor duma vintura camarária, e enganado por uma colaboradora que julgaria mandatada, e, finalmente, destinatária duma resposta que considero insensata.

6º- O Sr Vereador, aparentemente agastado com o caso, teve a amabilidade de me fazer telefonar para que o fosse ver, o que teve lugar no dia 19 de Agosto, tendo eu confirmado, em carta de 30 de Agosto o que afirmo acima e que lhe repeli, ponto por ponto.

Como nada se passasse, escrevi novamente, em data de 30 de Agosto, desta vez dirigindo-me directamente ao meu amigo e Sr Vereador, lembrando os factos e rogando, uma vez mais, que me fosse facultada a identidade do condutor.

7º- Tive de me ausentar, como habitualmente, da região por umas semanas e, na ausência de notícias, tentei o contacto telefónico com o Sr Vereador, tendo sabido que um problema de saúde o tinha afastado das suas actividades camarárias.

Por essa razão, remeti-me a um respeitoso silêncio que mantive até o dia 7 de Dezembro, tendo então por ele sido recebido, a meu pedido, e obtive como resposta que o assunto iria finalmente, a reunião de Câmara no dia 9 de Dezembro. Frisei que era imperativo ter uma resposta rapidamente pois está a esgotar-se o prazo legal para eu fazer uma participação às autoridades do acidente.

Hoje estamos no dia 22 de Dezembro e continuo na expectativa duma resposta que me é devida há mais de 5 meses.

Lamento ter de o exigir com uma intervenção numa Assembleia Municipal, onde se deviam tratar assuntos mais importantes. Julgo contudo que são pequenos factos como este que fazem também a reputação não só dum município, mas também duma região que se quer impor uma imagem de capital do turismo.

Luís Magalhães

22 de Dezembro de 2010

Apartado 6051

8201-925 ALBUFEIRA

e-mail: luiz.magalhaes@cm-albufeira.pt



ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA FREGUESIA DOS OLHOS D'ÁGUA

Os 'pontos de iluminação pública', vulgarmente denominados candeeiros públicos, na Rua da Torre da Medronheira, são espaçados entre si de distâncias que vão de 60 a 70 metros, sobretudo no troço entre o Posto da GNR e a o final (Armação da Maria Luísa), enquanto que nos arruamentos da Urbanização da Balaia, com muito menos densidade de residentes permanentes, esse espaçamento não ultrapassa os 25/30 metros.

A mesma anomalia existe entre os dois acessos à Praia da Maria Luísa: enquanto no bem conseguido e confortável acesso do lado da Urbanização da Balaia a distância entre candeeiros se situa aos níveis da Urbanização já citada, nas escadas do lado da Torre, que implicitamente necessitariam duma iluminação pelo menos de igual nível, três solitários candeeiros se espaçam em 200 metros.

Poder-se-á saber a razão desta discrepância?

Luís Magalhães

22 de Dezembro de 2010

Apartado 6051

B201-025 ALBUFEIRA

Presidente da Câmara - "Em relação à D. Marina e ao Sr. Carlos Ventura, tomei nota das questões. Aliás, da D. Marina é mais uma exposição do que propriamente questionar. Em relação ao Sr. Luis Magalhães. É evidente que toda essa questão do espelho, toda a história que contou, a qual não passou por mim, nem poderia passar porque foi acompanhado pela Dra. Cristiane e depois pelo Vereador, conforme disse. O que eu peço é que, o Vereador amanhã de manhã tente perceber esta situação, porque já tem um tempo completamente exagerado. Sobre a questão da iluminação e das diferenças, depois peço ao Vereador para que lhe faça por escrito uma nota com a justificação, ou não, da situação que está aqui a colocar." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia encerra o período do público e passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, onde se destaca uma carta do Imortal Desportivo Clube, remetida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal com conhecimento ao Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, datada de 10 de Dezembro de 2010, documento que se transcreve: *"Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira. O chumbo na Assembleia Municipal da proposta de compra dos terrenos do campo pelado, apresentada pelo executivo a que V.Exa. tão proficientemente preside, lançou o Imortal para um beco sem saída, dada a conjuntura que se vive e sendo certo que essa era a única solução tecnicamente viável para a grave crise financeira que afecta o clube. Isto porque, como V.Exa. sabe, a receita proveniente da venda seria parcialmente aplicada na liquidação de dívidas acumuladas ao longo de diversas gestões, nomeadamente ao Fisco, sob pena de venda em hasta pública de património que, sendo do clube, é de todo o concelho e da sua população. Concretamente, para evitar a execução da penhora do pavilhão gimnodesportivo, que serve centenas e centenas de crianças da nossa cidade, isto é, centenas e centenas de famílias que procuram dar aos filhos - o futuro de Albufeira! - uma melhor qualidade de vida. Face à recusa da Assembleia Municipal, de incontestável legalidade e legitimidade, mas politicamente censurável (mas isso é assunto interno do PSD/Albufeira), tivemos de mobilizar o produto da tranche do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, entretanto colocada à nossa disposição, para pagar Associação de Futebol do Algarve, Segurança Social e Finanças, evitando assim que aquele equipamento desportivo, tão precioso para a população local, viesse a ser desviado do fim social a que se destina. Isso criou-nos um outro problema, também de enorme gravidade, uma vez que os dinheiros desviados do Contrato-Programa para as Finanças ficaram obviamente a fazer falta para saldar despesas correntes, designadamente, ordenados e subsídios a treinadores, funcionários e técnicos de saúde, encargos com veículos (que estão a ser pagos a prestações) e combustíveis para transporte das crianças, gás para alimentação das caldeiras, equipamentos, etc., etc., etc. Acresce que elevado montante da dívida às Finanças continua em aberto e em risco de provocar novas penhoras, sem que se vislumbre qualquer possibilidade de lhe fazer face pelos nossos próprios meios. Para além de ser moralmente reprovável que uma entidade que goza do estatuto de utilidade pública deva dinheiro ao Estado. Assim, e se até ao final do ano não nos for*



facultado um apoio efectivo de montante suficiente para solver o passivo, o clube ficará completamente ingovernável, o que nos levará - bem contra a nossa vontade - a pôr fim pura e simplesmente às suas actividades. Neste momento, temos em acção cerca de 600 crianças na prática das diversas modalidades. O que significa que seiscentas famílias do nosso concelho ficarão privadas de oferecer aos seus filhos - o futuro de Albufeira! - a salutar prática desportiva indispensável ao seu desenvolvimento sustentado. Nem queremos pensar no descalabro social que tal medida representaria para o concelho, com todas as inevitáveis repercussões negativas... Perante os factos descritos - e não havendo outra porta a bater em busca de socorro -, solicito a V.Exa. que: 1º-Agende, com carácter de URGÊNCIA, uma reunião para debatermos pessoalmente o assunto, durante a qual lhe apresentarei dados concretos; 2º-Providencie no sentido de a Câmara Municipal, de que é mui digno presidente, disponibilizar, até ao fim do exercício 2010, as verbas suficientes para levar de vencida o grave problema financeiro atrás descrito. Na expectativa do melhor acolhimento, apresento cordiais SAUDAÇÕES DESPORTIVAS. Adolfo Gregório Presidente da Direcção" -----

Toda a correspondência fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

Terminada a leitura da correspondência e o Presidente da Assembleia encerra o Período do Público e dá início ao Período Antes da Ordem do Dia, -----
Presidente da Assembleia - Apresenta a sua intervenção, na sequência da carta do Imortal (doc.3). -----



Tomou conhecimento da carta do IMORTAL DESPORTIVO CLUBE, datada de 10.XII.2010 e entrada nos Serviços da Assembleia Municipal de Albufeira aos 14.XI.2010, já após ter assinado convocatória com a Ordem do dia desta sessão da assembleia.

A carta é dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, com conhecimento ao Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, que já vos foi agora lida e de que posso ul

Ex.mo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Albufeira,

O chumbo na Assembleia Municipal da proposta de compra dos terrenos do campo gelado, apresentada pelo executivo a que V. Ex.^a tão proficientemente preside, lançou o Imortal para um beco sem saída, dada a conjuntura que se vive e sendo certo que essa era a única solução tecnicamente viável para a grave crise financeira que afecta o clube. Isto porque, como V. Ex.^a sabe, a receita proveniente da venda seria parcialmente aplicada na liquidação de dívidas acumuladas ao longo de diversas décadas, nomeadamente ao Fisco, sob pena de venda em hasta pública do património que, sendo do clube, é de toda a rancheira e do seu povoação. (sublinhado nosso)

Concretamente, para evitar a execução da penhora do pavilhão gimnodesportivo, que serve centenas e centenas de crianças da nossa cidade, isto é, centenas e centenas de famílias que procuram dar aos filhos – o futuro de Albufeira – uma melhor qualidade de vida.

Face à recusa da Assembleia Municipal, de inquestionável legalidade e legitimidade, mas politicamente censurável (mas isso é assunto interno do PSD/Albufeira), tivemos de mobilizar o produto da tranche do Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo, entretanto colocada à nossa disposição, para pagar Associação de Futebol do Algarve, Segurança Social e Finanças, evitando assim que aquele equipamento desportivo, tão precioso para a população local, viesse a ser desviado do fim social a que se destinou. (sublinhado nosso)

Isso criou – nos um outro problema, também de enorme gravidade, uma vez que os dinheiros desviados do Contrato – Programa para as Finanças ficaram obviamente a fazer falta para saldar despesas correntes, designadamente, ordenadas e subsídios a treintadores, funcionários e técnicos de saúde, encargos com veículos (que estão a ser pagos a prestações) e combustíveis para transporte das crianças, gás para alimentação das caldeiras, equipamentos, etc, etc, etc. (sublinhado nosso)

O Senhor Presidente da Direcção do Clube vem acusar o Imortal Desportivo Clube de ter « os dinheiros desviados do Contrato – Programa » para outros fins. (sublinhado nosso)

Perante esta acusação feita contra o Imortal Desportivo Clube pelo seu próprio Presidente, sendo que se trata de dinheiro público, esta Assembleia tem de retirar as devidas consequências.



Por outro lado, embora se conceda, natureza não intencional, esta carta é ofensiva desta Assembleia Municipal, dos seus membros e das forças políticas que estes aqui representam. Que eu saiba o tal «chumbo» neste Assembleia Municipal, não resultou de qualquer assunto interno do PSD». Aliás, não diz, nem se percebe que assunto interno possa ser esse.

Foi uma deliberação da Assembleia Municipal de Albufeira.

A deliberação foi tomada por UNANIMIDADE e com TRÊS FORÇAS POLÍTICAS aqui representadas.

Não vejo que os membros eleitos pelo Partido Socialista ou pelo Bloco de Esquerda façam parte dos alegados assuntos internos do PSD/ Albufeira, também os Membros eleitos pelo PSD para esta Assembleia, onde me incluo, não trazem para aqui os seus assuntos internos.

Nós estamos aqui eleitos pelo Povo, com um único objectivo e que é defender o Interesse público de Albufeira.

A carta termina pedindo que a Câmara disponibilize «verbas suficientes para levar de vinda o grave problema financeiro» do clube.

Eu só posso concluir que o redactor da carta pretende precisamente o contrário daquilo que pede, ao vir deliberadamente confessar à Câmara e a esta Assembleia, que desviou o dinheiro público do fim a que estava destinado, ou seja, do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o que constitui violação grosseira da lei e do contrato.

Perante esta confissão que nos dá a conhecer os factos supra, é imperativo que esta assembleia tome posição urgente.

Assim, proponho que se delibere:

Recomendar à Câmara Municipal que peça ao Inortal Desportivo Clube a devolução das quantias desviadas do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo.

Assembleia Municipal, 22 de Dezembro de 2010


Carlos Silva e Sousa

1.2

Os Membros Paulo Freitas e Miguel Mesquita ausentam-se da sala. -----

Presidente da Assembleia - "É uma proposta que não vem na ordem de trabalhos porque só tive conhecimento depois de a ter expedido, mas entendo que o assunto tem pertinência e urgência e, portanto, antes de poder colocar a proposta a discussão vou pedir a esta Assembleia que vote a sua admissão." -----

VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Maria Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Luis Fernandes, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Alberto Saraiva, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Ana Simões, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Paulo Freitas e Miguel Mesquita. -----

A proposta é admitida por unanimidade dos presentes -----

Na sequência da admissão da proposta o Presidente da Assembleia passa a palavra aos Membros da Assembleia para a discussão da proposta. -----

Carlos Lima - "Sobre esta questão só queria levantar uma questão: Como é que a Câmara pagou ao Imortal se é o próprio Imortal a dizer que não tem a situação regularizada nas Finanças e na Segurança Social? Porque isso é condição para a Câmara poder transferir seja o que for para alguma associação. É que tenham a sua situação nas Finanças e na Segurança Social regularizada. Pelo que vemos nessa carta nem uma coisa nem outra acontece. Portanto acho que também foi um erro grave a própria Câmara ter transferido esse dinheiro para o Imortal porque não o poderia fazer legalmente. E pergunto se o período dos membros da Assembleia vai ser antes da discussão desta proposta?" -----

Presidente da Assembleia - "Já estamos nesse período. Eu comecei logo mas foi já dentro desse período. Estamos no Período Antes da Ordem do Dia." -----

Francisco Calhau - "É evidente que, pelo teor da exposição escrita do Presidente da Assembleia, a carta em questão é, no mínimo, um espanto, em termos negativo, obviamente. Penso que, não nos resta outra alternativa se não solicitar que sejam repostas as verbas, inclusivamente o pedido da própria renúncia do contrato. O que foi aqui falado por colegas, desta Assembleia, do PS, não sei se a Câmara tinha conhecimento e parto do princípio que não tinha conhecimento dessa situação e agiu de boa fé. Não quero querer que as coisas se passaram de outra maneira. É evidente que eu não tenho dúvidas nenhuma que a Câmara ao fazê-lo, fê-lo partindo de boa fé. Sabendo dos problemas que existem, e há efectivamente problemas legais que estão a aparecer, é o próprio presidente do clube que os põe a nu contra o próprio clube e os seus interesses. Não se percebe muito bem essa posição. Agora, o que é um facto é

que se entende a preocupação do executivo perante um problema que existe dentro de uma colectividade do concelho, que tem uma história neste concelho que este executivo tem tentado, por todas as formas possíveis, preservar. É evidente que não parece que possamos fazer alguma coisa, quando é o próprio clube que assume estas posições e que toma uma posição pública, através do seu presidente, de infracção àquilo que são os princípios do contrato que foi celebrado com o município." -----

Luis Fernandes - "Gostaria de começar por entender a carta que lhe foi enviada. Se calhar de alguém que fala com o coração, alguém que está à frente de um clube, o clube mais representativo da cidade e do concelho e, portanto, que sente no dia-a-dia as dificuldades, que é gerir uma casa com falta de verbas. E tem de entender este desabafo de alguém que quer manter vivo o clube, ou alguém que quer manter a esperança para este concelho do seu clube mais representativo e com alguma dignidade na representação do desporto em Albufeira. Obviamente que estão aí alguns erros nesse desabafo. Se calhar se o coração não falasse tão alto esses erros não estariam aí explicados. Penso que deve haver aqui algum bom senso, até pela parte do executivo, para que entenda o desabafo mais pelo coração do que com a razão. Obviamente que, tecnicamente nem a razão lhe dá. Pedia só esse bom senso, tanto ao executivo como à Assembleia Municipal, para não ficarem com essa responsabilidade futura, de poder levar à extinção do clube." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia o Presidente da Assembleia coloca a sua proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Maria Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Luis Fernandes, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Alberto Saraiva, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Ana Simões, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Paulo Freitas e Miguel Mesquita. -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes -----

Os Membros Paulo Freitas e Miguel Mesquita regressam à sala. -----

Carlos Lima - "Tenho dois assuntos para expor. O primeiro é sobre um artigo que li no jornal Correio da Manhã há cerca de um mês, sobre o estacionamento no parque na baixa e sobre a indignação dos comerciantes em relação àquela alteração que foi feita ao regulamento, em que passou a ser necessário efectuar compras de valor igual ou superior a 10€ para se ter direito a estacionamento gratuito. Já sabia o que é que ia acontecer, é natural que os comerciantes não concordassem com essa alteração ao regulamento, mas o que achei estranho nesse artigo foi o Sr. Vitor Santos, em

representação da ACRAL, vir dizer que, sim senhor era natural que os comerciantes estivessem indignados porque era natural que com esta alteração ao regulamento fosse menos gente à baixa de Albufeira. Fiquei um bocado admirado quando me explicaram que esse senhor Vitor Santos, não é nem mais nem menos do que o nosso ilustre colega. Ou não será?" -----

Vitor Vieira - "É completamente falso!" -----

Carlos Lima - "Não era uma pessoa que tinha aprovado essa medida que ia para o jornal dizer que fosse isso que viesse a acontecer. Se não é o Sr. Vitor Santos e ainda bem, assim já estou mais descansado. Melhor fora se não dissesse ou tomasse a mesma posição que tomou o Sr. Vereador Quintino, pura e simplesmente não estava disponível nessa altura para dizer o que se passou sobre o assunto. É natural que estejamos disponíveis quando nos interessa falar e não estejamos disponíveis quando não nos interessa. É um direito que nos assiste. Sobre este assunto era o que tinha a dizer. Tenho um outro assunto, que já tinha preparado para falar na última Assembleia, só que apesar de andar nisto há muitos anos, ainda não sei o que é uma Assembleia extraordinária e ordinária, e como a última era extraordinária não pude intervir porque não havia intervenção dos Membros da Assembleia antes da ordem do dia. Acontece que isto foi no dia 18 de Novembro, já passou mais de um mês e eu hoje estive a ler a intervenção que era suposto já ter feito e é a mesma, não vou alterar nada, porque infelizmente a evolução das coisas só pioraram." (apresenta intervenção escrita (doc.4)) -----



No seguimento da intervenção do senhor deputado Francisco Calhau na última Assembleia, questionei, também a bondade das medidas apresentadas pelo governo para o Orçamento do Estado do ano de 2011.

Disse ainda que certamente estaríamos aqui todos de novo para comentarmos aquilo que prevê na altura. A abstenção do PSD na votação e a consequente aprovação na generalidade do OE 2011.

Não digo isto com o prazer de ter acertado no sentido de voto em relação ao OE.

Antes o digo com muita mágoa, pois é com extrema preocupação que vejo o futuro deste país e do povo português.

Não consigo vislumbrar no OE quaisquer medidas que possam levar para a frente este país.

Antes pelo contrário, todos os analistas prevêem uma recessão para os próximos anos.

Os que defendiam a aprovação a qualquer preço deste OE, com o argumento do ataque dos "mercados", já terão percebido que os "mercados" não funcionam racionalmente e todos sabemos que estamos a falar de grandes bancos ao serviço das grandes potências europeias, como sejam a Alemanha e a França.

Potências que pretendem acabar com a coesão da Europa. Que pretendem uma Europa a duas velocidades. A Sr^a Merkel apoiada pelo Sr. Sarkozy, pretendem um euro forte, uma economia forte, o que parece não ser compatível com as economias débeis dos países periféricos. Estamos a assistir ao princípio do fim da EU, enquanto projecto de uma Europa solidária se não ao próprio fim da União Europeia e do Euro.

Os mercados, funcionam como uns verdadeiros "vampiros", que visam unicamente colher grandes lucros pelos capitais que emprestam. E a intervenção dos mercados, do FMI e doutros "beneméritos", nada solucionam. Senão vejamos o caso da Grécia. Qual a solução? Cada vez mais sacrifícios para o povo. A seguir assistiremos à intervenção do FMI, em Portugal, na Irlanda e por fim, se calhar em simultâneo com a saída do euro, destes países, na Espanha.

Se voltássemos um bocado atrás, ao início desta crise financeira, encontraríamos (encontramos) como principais responsáveis, se calhar, estes e outros bancos.

Pois todos sabemos que foi a má gestão dos bancos, a ganância dos banqueiros e a falta de regulação do mercado, que obrigaram os Estados a injectar milhões dos nossos impostos para os salvar da falência. Os grandes défices dos países em dificuldades foram originados por essa ajuda.

Não sei o que se passa com os lucros dos bancos na Europa e nos Estados Unidos. No entanto, em relação aos bancos portugueses, sei. Falam em cerca de 3 a 4 milhões de euros de lucros diários.

Então, quando foi necessário socorrer os bancos da possível falência, quando se injectaram tantos milhões no BPN e no BPP, o sistema bancário achou que era normal e obrigatório em nome da solidez do mesmo sistema.

Então é agora qual é a contribuição para a saída da crise desse mesmo sistema que já gera lucros enormes como referi?

E quem são os responsáveis pelo país de batido em que nos transformámos, com as consequentes parcerias público privadas, e que hipotecou não só as futuras gerações, mas também e já o nosso presente?

Assiste-se a um desenfreado ataque ao trabalho e à sua justa remuneração e a todas as conquistas civilizacionais como sejam a igualdade de oportunidades e a justa repartição da riqueza produzida.

Os senhores que detêm o poder económico foram, a seguir à Segunda Guerra, obrigados a repartir com mais equidade a riqueza, primeiro nos países europeus democráticos e mais tarde, fruto do 25 de Abril de 1974,

(assinatura)



também em Portugal. Convém realçar que todas estas conquistas só foram alcançadas fruto de anos e anos de grandes lutas dos povos.

Agora a pretexto da crise, por eles criada, primeiro financeira e depois económica, assente na ganância do lucro fácil, tentam de uma penada eliminar todas as conquistas conseguidas ao longo do Século XX.

E parece que ninguém é culpado deste regabofe, para não utilizar outro adjectivo, em que se tornou a economia e a alta finança.

Quem nos governa e tem governado ao longo dos últimos trinta anos não terá alguma responsabilidade?

Fala-se, principalmente em altura de aperto, dos supostos privilégios dos funcionários públicos. Mas não serão certamente os funcionários que trabalham nas escolas, nos hospitais, nas autarquias, na segurança social, a sofrer ordenados pouco maiores que o salário mínimo. É verdade que há uma franja de funcionários públicos, que no contexto geral do país, terão alguns privilégios.

Se recuarmos um bocado no tempo todos nos lembramos da implementação de "O Novo Sistema Retributivo da Função Pública", e de quem foi o seu autor.

É no seguimento dessas tabelas, e com a assunção de que havia funcionários considerados "corpos especiais", principalmente nas Finanças e na Justiça que, chegamos a algumas situações de privilégio.

Sendo funcionário público, estarei desde já que não vou ser abrangido por qualquer corte no salário, mas não estou no entanto de acordo com qualquer tipo de redução dos mesmos para os outros funcionários públicos ou outros trabalhadores. Mas sendo uma inevitabilidade, como dizem, que aja cortes nos salários, pergunto, então e os trabalhadores do sector privado?

Um funcionário público que ganhe acima de 1.500,00€ é penalizado e um trabalhador do sector privado pode ganhar o mesmo ou muito mais e não contribui com parte do seu salário para o "sagrado" défice? Onde está a equidade na repartição dos sacrifícios?

É no entanto clara a falta de sacrifício dos que efectivamente têm o capital. Os gestores das grandes empresas, sejam públicas, de capitais maioritariamente públicos, ou privadas. As EDPs, as Estradas de Portugal, as PTs, as RNFs, as Lusoportos, os Continentes, as Mota-Engil, com os senhores Mexias, Almerindos, Granadeiros, Penedos, Amarais, Belmiros, Mulas e Cuelhus, vão continuar com os mesmos ordenados, com os mesmos "prémios", e com as mesmas mordomias? Que dizer da antecipação da distribuição dos dividendos da PT? Quantos milhões "roubados" ao erário público. O que diz o governo? Que tem pena... que a PT não devia fugir aos impostos. Pura hipocrisia. Com este discurso, com certeza, mais empresas se seguirão, na antecipação da distribuição dos dividendos. Pergunto, se o governo que foi tão célebre a cortar o Abono de Família a partir do quarto escalão (entrou em vigor no dia 1 de Novembro), não pode com a mesma celeridade antecipar também o pagamento do imposto sobre os dividendos?

É a posição de Furlu de Oliveira, Presidente da Administração da CGD, preocupado com a possível fuga dos cérebros da instituição. Para onde? Para o estrangeiro? Mas lá os gestores ganham menos. Ou será para a banca portuguesa privada? Alguém acredita nisso? Sempre os mesmos argumentos. Mas certamente conseguirá os seus propósitos. Mais uma vez a excepção. Que de tanto repetida passa a ser a regra.

É com muita curiosidade e algum gozo que constato o desaparecimento da ribalta, das televisões e das revistas, dos arautos da economia, dos experts da finança. Onde estão os senhores que se vangloriavam quando apareciam na revista Forbes? Onde andam os Américos, os Bernardos, os Belmiros, os Rendeiros, os Oliveiras, os Lourelros, etc., etc., etc.?

21



Continua a ser verdade o que escreveu o nosso grande Eça de Queiroz. Dizia ele: "Portugal não é um país, é um sítio. E ainda por cima muito mal frequentado. A esta verdade podemos juntar muitos outros sítios por esse mundo"

Todos já recebemos certamente nas nossas caixas de correio electrónico, vulgo *email*, as mais variadas denúncias de benesses e privilégios escandalosos, nos mais variados sectores. Temo que a revolta que se adivinha nas entrelinhas dessas denúncias, sala da Internet e venha para as cidades e vilas deste país de "brandos costumes". Porque a paciência tem os seus limites. E ver um filho ou um neto sofrer é incalculavelmente mais difícil de suportar do que o próprio sofrimento.

Nada me move contra a justa retribuição pelo trabalho efectuada, antes pelo contrário. Infelizmente não é disso que estou a falar. Estou a falar do mesmo que os Bispos já denunciaram publicamente. A falta de vergonha desta casta, insensível ao sofrimento de grande parte da população, com principal incidência nas crianças e nos idosos.

Senão vejamos o apoio à natalidade, ou a falta dele. As pensões de miséria da maioria dos nossos idosos, que, não esquecermos, são os nossos pais e avós. Eu costumo dizer que um país que não sabe tratar das crianças e que não sabe acarinhar os idosos não merece ser tratado como tal.

E existem culpados. São os que se arrogam no direito de subtrair a riqueza do país em seu benefício. E vivem de consciência tranquila. E aparecem todos os dias nas televisões a destilar ódio contra quem vive honestamente do seu trabalho. Bem, aliás, cada vez mais escasso, pois para se conseguirem muitos lucros e mão de obra barata é necessário haver um exército de desempregados.

E o apoio ao desemprego? Reduzido ao mínimo. E o Rendimento Social de Inserção. Um crime, segundo alguns. Háju pelo menos decoro na análise destas situações. Estamos a falar dos mais desprotegidos, a par dos pensionistas e dos deserdados da vida.

Felizmente temos sempre os Mitras. Para aconchegar os estômagos. E sossegar as consciências.

Eu ainda tive a esperança que desta crise financeira nascesse um novo paradigma para o desenvolvimento das sociedades e dos povos. Que a globalização servisse como meio para se dignificar a condição do ser humano em todo o planeta. É verdade que os povos da Ásia e da África nas últimas décadas melhoraram o seu nível de vida. Só não entendo, é que tenha de ser conseguido à custa dos povos da Europa e da América.

Quero, pois, deixar aqui registado o meu voto de protesto e de pesar, contra todas as injustiças, para com o povo trabalhador português.

Estarei desiludido? Talvez. Como a maioria dos presentes, penso eu, vi no 25 de Abril de 1974 o início dum novo desígnio, a busca de um novo desiderato. Imaginei uma sociedade mais fraterna. Um país mais desenvolvido. Um país mais justo. Um país mais solidário.

Já alguém dizia que "Um povo imbecilizado e resignado, humilde e incombúzio, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta de nora, aguentando pauladas, sacos de vergonhas, folxes de misérias, sem uma rebelião, um mostrar de dentes, a energia dum coice, pois que nem já com as orelhas á capar de sacudir as moscas..."

Pois este povo, um dia acordará, e aí consciente dos seus direitos, atingirá aquele desiderato.

Carlos Lima

Deputado Municipal eleito nas listas do Partido Socialista

Luis Fernandes – "Boa noite Sr. Presidente do executivo, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Srs. Presidente de Junta. A minha intervenção é simples e acima de tudo uma recomendação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal no sentido organizacional desta Assembleia. Acho que é chegada a altura de lhe conferir a importância que ela tem como órgão máximo da autarquia. Como acontece em quase todas de norte a sul do país, qualquer Assembleia Municipal é constituída por uma mesa da assembleia, por uma mesa com todo o executivo, com uma zona para os deputados municipais e uma zona para o público em geral. E realmente, nós chegamos aqui e confrontamo-nos com esta situação, em que os Presidentes de Junta, os Vereadores, o público em geral, os deputados municipais, estamos todos misturados. Penso que será de bom-tom no futuro e num futuro muito breve, conferir essa disciplina à Assembleia Municipal, até para ela ganhar a dignidade que ela merece, porque é o órgão máximo da autarquia. E sinal disso, é que estamos hoje aqui para discutir o documento mais importante da gestão autárquica. Era essa a recomendação que deixava ao Sr. Presidente da Assembleia." -----

Francisco Calhau – "Vou aproveitar este período antes da ordem do dia para em nome do PSD desejar a todos os colegas da Assembleia, ao Executivo e ao público aqui presente, que tenham um Bom Natal e que o ano de 2011 não nos afecte tanto como as previsões indicam. Aproveitaria também para dizer que, em termos gerais, eu concordo com a intervenção do colega Lima naquilo que disse na sua intervenção. Em termos gerais, porque posso divergir de como aborda determinados assuntos, ou da elevação que lhe dá. E concordo que vamos viver momentos muito complicados no nosso país, se calhar mais do que a maior parte dos países da Europa, que como diz António Barreto e muito bem, o nosso problema é que nós somos pobres. Mas nós sempre fomos pobres. Portugal é um país pobre por natureza. É uma questão que não vale a pena comentarmos muito mais tempo, ouvimos diariamente comentadores a falar sobre isso, e portanto, podemos tirar daí as conclusões que entendermos. Apenas para dizer e reforçar que realmente a intervenção do colega Lima aborda algumas questões que são importantes e essas questões não têm sentido ou conotação política. Encontramos intervenções, por exemplo do actual Presidente da República, enquanto candidato, afirmando que não concorda com a diminuição de salários, que entende que não é por aí que vão resolver problemas económicos no país. As questões sociais que se levantam e a política daqui para a frente tem de ser feita de uma maneira completamente diferente daquela que estamos habituados. A conotação de esquerda/direita, a defesa dos interesses sociais, está muito em discussão. Da forma como politicamente nós falávamos sobre ela, hoje temos que encará-la de uma forma diferente. Os exemplos que nos são dados são de países onde há muito pouco tempo nós discutimos e continuamos a discutir os direitos humanos, e somos nós próprios que nos identificamos com estes modelos, que para sermos competitivos e resolvermos os problemas económicos temos que os imitar. Portanto, essa discussão é uma discussão interessante, não caberá aqui, mas apenas para dizer que, é na base destes problemas que fica a nossa mensagem, de que pelo menos o nosso concelho, aliás é o que estamos a falar, nós todos sintamos o menos



possível aquilo que vai ser uma crise para a qual não estamos preparados. Não vale a pena estarmos a esconder, vai ser uma crise muito grande e, portanto, tem uma configuração que não conhecemos. É preocupante, mas que pelo menos não nos afecte. É esse o voto que, em nome do PSD, tenho para vos deixar." -----

Vitor Clemente - "Tenho duas situações em concreto. A primeira é sobre a carta que foi recebida pelo Sr. Presidente nesta Assembleia, remetida ao Sr. Presidente da Câmara da parte do Imortal Desportivo Clube. Sinto que, de facto, essa é uma situação altamente melindrosa. Gostaria que o Sr. Presidente encontrasse a maneira de baixar a uma comissão desta Assembleia para vermos muito bem todo esse tipo de situação. Este é o meu sentido no que diz respeito à carta remetida pelo Imortal Clube. A segunda questão." (apresenta intervenção escrita (doc.5)) -----



SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

SENHORAS SECRETÁRIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ALBUFEIRA

SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

SENHORAS E SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

SENHORA E SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Publico Presença P. Albufeira
 COMO A DATA NATALÍCIA SE APROXIMA, E DADO QUE ESTA SERÁ A ÚLTIMA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ANO DE 2010, GOSTARIA EM NOME DOS MEMBROS DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA TER ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ALUSIVAS À QUADRA NATALÍCIA QUE SE AVIZINHA:

- DIFICULDADES TEM HAVENDO, E AQUILO QUE Á MOMENTOS OUVIAMOS PELA VÓZ DO MEMBRO DESTA ASSEMBLEIA SR. CARLOS LIMA SÃO FACTOS A QUE TODOS TEMOS DE ESTAR ATENTES E EM UM MOMENTO CONTRIBUÍRMOS PELA VONTADE DE MINIMIZARMOS A ISSO QUE SE INTITULA “CRÍSE” EM QUE NÃO SOMOS OS CULPADOS, MAS SIM OS ASSUSTADOS POR TAL.

Mas,

- Ah se nós fossemos os poderosos
- Bem mais do que uns simples SER
- Não haveria no Mundo
- Uma criança a sofrer,
- Ajudando os que sofrem
- A cada um dando a Não
- Passaríamos um NATAL
- Com mais PAZ no Coração.

Desejamos a todos um FELIZ NATAL E VOTOS DE

UM FELIZ ANO NOVO.

22 DEZ 2010

2

Luis Reis - "Tenho dois, três pontos para apresentar. O primeiro, não posso deixar de dissertar um pouco sobre o desejo de um Bom Natal. Mas a minha sensibilidade não me deixa usufruir em pleno desse voto porque larga percentagem das pessoas, com quem diariamente convivo, vivem mal. E com temor e temendo a hora seguinte, e as mágoas dessas pessoas, que são às centenas de milhar, abate-se sobre mim e não me dá contentamento nenhum, independentemente da época em que estamos. Na realidade, esta Assembleia é responsável por muitas das penalizações que estes milhares de pessoas hoje acabam por ter que suportar, dando-lhes, talvez, a muitas delas, um muito mau Natal, independentemente do tradicional desejo de Bom Natal. Outro ponto que queria apresentar é o voto de pesar pela decisão da Assembleia em **interferir** no seu todo o pedido do Imortal Clube. A decisão foi concluída sem debate "in loco", sem tempo para fazer alternativas possivelmente viáveis. Fico bastante entristecido, porque foi de uma rudeza e uma violência desconhecida por mim nesta Assembleia. Tenho também aqui outro ponto que é, em determinada altura, e continuando Albufeira a sofrer das inundações, como todos nós sabemos, foi divulgado que a Câmara de Albufeira iria pedir um relatório ao Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa, a fim de conseguirmos perceber quais os problemas que a Polis tinha instalado no sistema de drenagem das águas pluviais e esgotos, principalmente da zona baixa em Albufeira. Penso que esse pedido foi difundido há cerca de três, quatro anos. Desde lá até hoje não tenho absolutamente resposta nenhuma, nada foi divulgado, continuamos sem saber se o relatório foi pedido, se já cá chegou, quais os pontos negros da situação, etc. Outro ponto. Fiz várias denúncias das actividades de construção do Grupo Saraiva, que aparecem em várias áreas onde eu me pronunciei. Em determinada altura, numa destas Assembleias foi-me prometido pelo Sr. Rolo um relatório de cada uma das situações que eu mencionava e a justificação de que, de como e porquê nenhuma dessas situações foram paradas, alteradas, destruídas e reposta a legalidade das situações. Pelo contrário, elas foram acabadas e estão em funcionamento. Tenho a avisar esta santa casa de que não deixarei em nenhuma destas Assembleias de tornar a pedir os relatórios elucidativos do porquê das situações que eu denunciei não terem sido respondidas. Mais um ponto. Na última Assembleia verifiquei na acta que algumas das ruas que desembocam na rua 5 de Outubro, teriam de ser, imperiosamente, requalificadas, repostas em condições. A minha pergunta é: que estratégia é que impera para que a rua MFA e a rua Alves Correia, que de há tantos anos para cá foi prometido requalificá-las, tratá-las, embelezá-las e que tenha ficado até à presente data num estado decadentemente, lastimoso? Outra pergunta: Depois de um mês da não utilização do parque P5 pelos utentes que usufruíam de duas horas de estacionamento gratuito com a apresentação de uma factura sem valor equacionado, se há na realidade um benefício entre o mês anterior que funcionava com a apresentação de um recibo e este mês que tem de se apresentar um recibo de 10€ para ter duas horas de estacionamento gratuito?" -----

Luis Fernandes - "Encontro-me hoje aqui em substituição, pela primeira vez, de um camarada meu. Confesso que tenho pouco hábito de lidar com a condução dos trabalhos

desta Assembleia e como tal não me apercebi da votação da proposta que foi apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia, sobre o Imortal Desportivo Clube. Visto que a votação foi realizada, gostaria de fazer uma pequena declaração para poder explicar a minha não concordância com a resolução tomada, porque entendo que essa resolução não faz parte da solução do Imortal mas faz parte sim, da extinção e do agravamento do problema do Imortal Desportivo Clube de Albufeira. Gostaria que ficasse registado para memória futura, pelo menos eu tive esse sentido, de não concordar com a devolução das verbas atribuídas ao Imortal porque essa não é a solução. Essa é a extinção do Clube e portanto, volto a apelar, mais uma vez, para que haja o bom senso de nos debruçarmos, se calhar como dizia o meu camarada Vitor, criar uma comissão de acompanhamento. Uma comissão que conseguisse deliberar este problema, que é um problema grave, é um problema que, penso que todos, em geral, quererão que ele aconteça. Portanto, quero apelar a esse bom senso e dizer não concordo, embora já não possa votar contra, mas que fique registado para memória futura." -----

Presidente da Câmara - "Há bocado, quando o deputado Carlos Lima falou que o Sr. Vereador não estaria disponível para responder às questões, o problema não é esse. Muitas das vezes fazem as chamadas através de um telefone nacional que depois, mais tarde, mesmo que queiramos dar resposta, não conseguimos. O número que fica registado, depois dá como sendo um número errado. Já aconteceu comigo! O Vereador não deu essa resposta porque da forma como foi colocada não houve condições. Não é nenhuma situação de não querer responder." -----

Presidente da Assembleia - "Só vou dizer uma pequena coisa, que é a seguinte: Eu não tenho nada contra o Imortal, muito pelo contrário, eu não quero que o Imortal desapareça. Nós estamos aqui no desempenho de um cargo público e, o dinheiro que foi para lá não é meu, não é seu, nem de nenhum desta Assembleia, é dinheiro público. E o gasto desse dinheiro público tem regras, e não fui eu que fiz as regras; se tivesse sido eu, tinha-as feito à minha vontade, no seu uso. Quando é o próprio presidente do clube que vem dizer que desviou esse dinheiro, é o que está escrito e aliás, como forma de evitar que eu não tivesse percebido bem, até mencionou as entidades a quem pagou e ainda fez a conclusão "*o dinheiro foi desviado*". É ele que diz isso, não sou eu! E nós aqui, Assembleia, temos deveres, temos obrigações e uma das primeiras obrigações que temos, é "não olhar para o lado" e ignorar as situações. E a única solução que me parece e que pareceu à Assembleia, é esta, independentemente de poderem vir a achar outras saídas para o Imortal. Agora, desta maneira, não! Porque, os contratos programa têm um fim, que é os dinheiros públicos serem investidos na juventude, na sua formação, e não pode ser o pretexto de pagar dívidas antigas de outras gestões, ou da gestão actual. Isto é muito claro e eu nunca abdicarei de cumprir aquilo para que fui eleito, porque senão não me tinha candidatado. Existem regras, temos obrigações, e estamos cometidos nas obrigações legais. Nós aqui temos poderes; alguns, no âmbito de poderes discricionários, em que podemos tomar livremente resoluções; e há outras situações em que não; decorrem claramente da lei as nossas obrigações, e aqui estamos

vinculados à lei; ou cumprimos ou não a cumprimos e, se não a cumprimos tornamo-nos cúmplices da verificação do desvio de dinheiro público para outros fins que não aqueles para que foram contratados. É tão simples como isto!" -----

Luis Fernandes - "Longe de mim pensar que o Sr. Presidente estaria a pactuar com alguma ilegalidade. Não vai nesse sentido, como é óbvio. O que eu quero chamar à atenção, e à sensibilidade de todos os Membros da Assembleia e também para o coração desta gente. Não é só para o coração do presidente do Imortal, que realmente falou com o coração na boca, não devia ter falado, e todos nós compreendemos isso, mas é também, para nós todos aqui, termos esse lado do coração também sensível ao Imortal." -----

Presidente da Assembleia - "Sr. Luis Fernandes, uma coisa é o coração e todos nós temos coração. Não há ninguém aqui, penso, nesta casa que não tenha coração. Agora, a questão que nos foi colocada, não fomos nós que fomos à busca dela, e nós temos de cumprir a nossa obrigação. É tão simples como isto! Ninguém aqui, penso, nesta sala está contra um clube. Eu nunca pautei a minha vida por estar contra alguém. Posso concordar ou não com certos actos. E neste acto em concreto, que é confessado pelo próprio presidente do clube, eu não posso fechar os olhos. Nem eu, nem a Assembleia." -----

Luis Fernandes - "Cada um assumirá as suas responsabilidades, como é óbvio." -----

Presidente da Assembleia - "Já assumimos! A Assembleia já assumiu as suas responsabilidades." -----

Presidente da Câmara - "É sobre esta questão do Imortal. Parece-me importante que eu possa dizer também o que me vai na alma. Nós não somos insensíveis a estas questões. Este executivo, desde sempre, tem procurado encontrar soluções com todos os clubes e associações e também com o Imortal. Tem sido a nossa postura e continuará a ser. E continuaremos a trabalhar de forma a tentar ajudar o Imortal. Mas há uma coisa que é prioritária nestas questões. As instituições não podem passar para outros a responsabilidade que é delas. Porque os órgãos eleitos têm uma responsabilidade ao assumirem compromissos na gestão, nos objectivos e naquilo que são as condições de cada uma das instituições. E quando se está a passar toda essa responsabilidade para outros e tentar aligeirar as questões, isso, obviamente, não faz sentido nenhum em nenhuma instituição. E a Câmara Municipal conhece bem a realidade das instituições, em termos de número de atletas, número de formadores. Conheço porque sei quantos transportes disponibilizo por ano para o Imortal. São quase trezentos. São duzentos e tal para o CBA. E nós, além disso, temos objectivos com o contrato-programa. E quando recebi a carta fiquei espantado. Independentemente da decisão da Assembleia Municipal, eu próprio tenho uma carta preparada para enviar para o Imortal, no contexto desta deliberação, que não sabia, que o Imortal me justifique, e que me dê respostas objectivas e concretas sobre aquela situação. Os contratos-programa são feitos ao longo do ano com o dinheiro de todos, nomeadamente dos impostos. Não cai do céu, o Governo não o manda para cá. Nós temos de ser responsáveis por essas questões. Os contratos-programa são preparados com uma série de itens. Em primeiro lugar, compete à Câmara verificar se o contrato programa

tem o número de miúdos e monitores, até pelo nível dos monitores, em função das modalidades. Depois, compete à gestão de cada clube, receber e colocar as verbas identificadas por um determinado número de atletas de diversas modalidades exactamente para aquele fim. É isto que o Imortal tem que fazer, como fazem os outros clubes. Neste momento, a Câmara, e eu próprio fiquei surpreendido com aquela carta, tenho preparada a resposta, independentemente desta Assembleia. É apenas para dizer que, não fiquei a olhar para a carta, quer dizer, ainda fiquei a olhar para ela uns dois dias, confesso, porque me levantou questões que eu nunca pensei que uma carta pudesse ser assim feita. Há uma coisa que tem de ficar ciente. Nós queremos ser parte da solução, mas não nos podem imputar problemas que não são nossos e são de quem tem a responsabilidade. É muito bonito quando os directores andam pavoneados quando têm isto ou aquilo, mas também têm de se assumir em determinadas situações. É como todos nós, temos altos e baixos. As associações vivem e têm de ser contabilizadas em função da sua gestão, dos seus directores e dos seus dirigentes. Estamos claros! Nós, Câmara, da parte da solução, encontraremos e ajudaremos, porque também sabemos dos problemas sociais que daí advêm. Mas não podemos é, à custa daquilo que é uma gestão que pode ser ruinosa assumirmos as culpas como sendo responsáveis. Isso, eu nunca aceitei!" -----

Luis Fernandes - "Sr. Presidente, daquilo que percebi da sua intervenção, todo este problema surge da não compra dos terrenos do Imortal, mas essa deliberação foi tomada em executivo camarário. Essa solução foi aprovada. Porque é que agora se levantam essas dúvidas? A transição dos problemas para o executivo e deixadas pelo Imortal. Será que perceberam à posteriori dessa transferência de problemas?" -----

Presidente da Câmara - " Eu sobre isso nem respondo, porque o assunto já foi tratado em Assembleia Municipal." -----

Luis Fernandes - "Estou claramente esclarecido Sr. Presidente." -----

Vitor Clemente - "Vou ser muito rápido, não queria, de algum modo, repetir as coisas que foram faladas sobre a situação do Imortal Desportivo Clube. É certo que, inicialmente, quando apareceu a proposta na Câmara Municipal, falaram, abordaram a matéria, encontraram solução. Como dizia há pouco o Sr. Presidente da Câmara, está para criar soluções e não complicações. E fê-lo de boa fé para que viesse mais uma vez tentar uma solução para um clube que, no caso do Imortal, como já tratou também de outras situações no passado, em relação a outros clubes e futuramente, com certeza, que irá surgir outro tipo de situações e que teremos que encontrar uma solução. A solução, muitas das vezes, também tem de ser salomónica. E neste caso aqui, apelo ao Sr. Presidente da Assembleia para que possamos, de vez em quando, também no sentido da lei, a lei é lida com o coração e com a cabeça. Há quem leia com o coração e tenha uma sensibilidade diferente, há quem a leia de cabeça fria e mande espetar a espada em qualquer sítio. Não era essa a intenção, julgo, de ninguém daqui, é de encontrarmos a solução. E quando há pouco pedia para que remetesse isso para uma comissão, para encontrarmos aqui, como o Sr. Presidente da Câmara acabou de dizer, a solução. Porque é certo, com essa carta do Imortal, não nos veio criar grande abertura

para soluções, veio-nos complicar, e agora queremos resolvê-las. Resolvê-las mas, desculpe o termo, não sairmos daqui chamuscados. É esse o meu apelo, bem como com a direcção do Imortal, encontrarmos a solução, porque a complicação já aí está. E aproveitando a quadra natalícia que é de paz." -----

Luis Reis - "Gostava de dirigir duas perguntas ao Sr. Presidente, às quais não me respondeu há pouco. Continuo sem saber o que é feito desse tal pedido de relatório e continuo, também, sem ter não nas minhas mãos mas pelo menos que fosse disponibilizado para a Assembleia, a situação das denúncias que eu tenho feito de várias obras que o Grupo Saraiva tem feito e que toda a gente sabe. As coisas não podem ficar em águas de bacalhau e temos de perceber o porquê e como." -----

Presidente da Câmara - "Eu tomei nota dessas questões e elas serão tratadas pelos Vereadores respectivos. Eu tinha as notas aqui, mas esqueci-me de o informar a quando da nota do Correio da Manhã. Peço desculpa, foi sem intenção." -----

Não havendo mais intervenções por parte do Membro da Assembleia, o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e inicia ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia.

Vitor Clemente - "Na pág.4 da intervenção do Sr. Presidente, onde fala sobre a situação do Plano de Pormenor do Alfamar e Envolvente, eu gostaria que o Sr. Presidente explicasse isto. Também na pág.4 diz "*Estudo das Potencialidades de Desenvolvimento Sustentável de Albufeira Nascente*". Não consegui perceber o que envolvia. Também pedia uma explicação. Da pág.4 à pág.26, verifica-se que nesta informação o Sr. Presidente da Câmara desembolsou do orçamento de 2010 seiscentos e cinquenta e seis mil novecentos e dezassete euros em participações, financeiras e diversos, pelos meses de Setembro a Novembro, pois estamos em altura de vacas muito magras. Nem tudo o que vem vai bem, mas nós gostamos de enaltecer aquilo que, de facto, ao longo do tempo viemos a chamar a atenção, mas também congratulamos o Sr. Presidente pelo facto da diminuição de custos na Iluminação Pública Natalícia. Levou tempo para o Sr. Presidente se aperceber das tomadas de posição no que diz respeito a gastos supérfluos. É certo que o Sr. Presidente tem o poder de decisão, faz aquilo que está na sua acção programática mas, é nossa oposição, mesmo poucos que sejamos, somos uma voz por vezes discordante e, é de concordar que, em algumas matérias, uma chamada de atenção, não fica mal a ninguém. O estado actual da dívida da Câmara em 9 de Dezembro de 2010 é de doze milhões cento e quarenta e nove mil zero quarenta e sete e dezassete cêntimos. Está escrito. A minha pergunta é, se for possível responder: qual será o valor da dívida às Águas do Algarve, neste ano? Julgo que seja a maior fatia. Como se aproxima o evento do final do ano, qual será o seu custo? Uns dizem que são duzentos e cinquenta, mas depois no final são duzentos e

cinquenta e mais outros duzentos e cinquenta. Também deixaria um apelo para o tal evento, seria aconselhável que o Sr. Presidente mandasse averiguar do retorno dos dinheiros, porque muitas das vezes estamos a fazer investimento sem retorno, fazemos à primeira, fazemos à segunda, à terceira é já para arrepender. Outro ponto. Eu tenho conhecimento que a Câmara Municipal dispõe, neste momento, de mil trezentos e quatro funcionários. Gostaria de saber se é verdade? Na pág.35, está mencionado um problema que já advém há bastante tempo, que é a Sonitur. Qual é a posição? É certo que isto continua em tribunal e nunca mais de lá saímos. Também deixo aqui ao Sr. Presidente umas fotos que dizem respeito ao talude na zona nascente, na Av. dos Descobrimentos, aquela obra que vi o início dela e não sabemos onde está o fim. Com certeza que foi feito algum tipo de trabalho para retirar o que lá estava, pergunto por quem e não sabemos. Há umas peças decorativas no Jardim junto à Rotunda dos Golfinhos. Está deteriorada. Não é imagem do Sr. Presidente. Entrego-as para que depois as mande verificar, bem como a vela que lá está que está ferrugenta." -----

Presidente da Câmara - "Começo pelo fim de ano. A verba que nós calculamos que seja está na volta dos duzentos e cinquenta, trezentos mil. Em relação à questão do retorno. Nós há dois anos tivemos um estudo do retorno com a Universidade do Algarve e deu dez milhões de euros. Este, é um final de ano com um conceito diferente. Tenho tido informação e os hoteleiros nesta altura para estes dias, globalmente, estão cheios. É um programa que, durante três horas e meia, quatro horas, está em directo de Albufeira para um milhão e duzentas mil pessoas. É um programa que vai ter entrevistas directas de Albufeira, não sei em que contexto, nos telejornais. Tem cento e cinquenta spots publicitários na SIC. Tem quatro transmissões em directo da Feira Medieval em Paderne. Toda a gente, os meus colegas, estão espantados como é que nós conseguimos este fim de ano para Albufeira. É um fim de ano com uma projecção nacional e internacional. Só esperemos que não chova, embora haja gente que gostaria que chovesse para nos complicar a vida. Mas isso é outra questão em que não quero entrar. Não tenho dúvida nenhuma que o fim de ano em Albufeira é um fim de ano que toda a gente tem dado os elogios e os parabéns por a Câmara o ter conseguido. Quando nós fizemos a proposta, a SIC, estudou-a ao pormenor e, trazer aquele conceito de programa para o exterior, correndo os riscos que corre, obviamente que nós, só teremos que estar agradecidos, de certo modo, de eles se terem disponibilizado a correr esse risco no contexto de um final de ano em Albufeira. Eu não sei fazer contas dessas mas, sei que essas contas são contas que se façam, em termos de retorno, bastante produtivos. A questão dos funcionários. Não sei se são mil e trezentos e quatro agora. Sei que há pouco tempo abrimos concurso para cento e sessenta tendo em conta as questões da educação e o número de funcionários que estavam nas escolas e que vieram para a autarquia. Mas é fácil sabermos o número correcto. Sobre a questão da vela, tens razão. O Vereador ou eu próprio accionarei a questão. Sobre a questão da dívida às Águas, eu penso que neste momento a dívida anda perto dos cinco milhões de euros. Em relação à questão do Plano

de Pormenor do Alfamar e Envolvente. O Alfamar tem uma intenção de requalificar aquele hotel, partindo dois ou três pisos e pondo em termos daquilo que é o espaço térreo, mas isso tem, obviamente, áreas que estão "controladas" pela DRH, CCDR, POC, aquelas condicionantes todas, e portanto, é uma forma de valorizar aquele hotel que tem trinta anos e adaptá-lo às novas realidades. A questão do Estudo das Potencialidades de Desenvolvimento Sustentável de Albufeira Nascente, vem na sequência de um plano de valorização turística feito há uns anos no âmbito do Polis e que aquela zona está pontuada com intervenções do Alfamar e do Aqua Marina, e neste momento é uma zona de defesa porque são **intocáveis**, tem zonas de REN, tem zonas de POC, tem zonas de RAN. A intervenção é no sentido de fazer um estudo de ordenamento de toda aquela zona onde as infraestruturas e todas essas componentes têm de ser avaliadas. Ter um estudo no contexto de avaliação de toda aquela zona. É uma zona menos utilizada mas precisa de alguma organização e os planos podem criar essa organização. Acho que respondi a todos os pontos." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativo ao ano de 2011; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia.
Vitor Clemente - "A bancada do Partido Socialista nesta Assembleia congratulasse com o recuo do executivo pela forma como acatou a posição do PS e consequentemente com a tomada de posição da bancada do PSD e do BE, face à participação do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho. Vitória para os trabalhadores cujos rendimentos seriam atingidos pelo IRS. Na proposta inicial da Câmara, para memória futura, o executivo propunha a participação de 3%, numa taxa de 0% a 5%, aos sujeitos passivos. Citando proposta, da parte do preâmbulo, da Câmara Municipal: *"Assim, e apesar de ser possível fixar a percentagem máxima (5%) o que permitiria efectuar mais investimentos necessárias ao município entende-se, porém, que face à actual conjuntura económica e financeira internacional e considerando a tomada de decisão parte de todos os municípios que compõem a AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, de que se deverá aproximar a taxa de participação variável no IRS ao seu valor máximo, que não se deverá fixar a percentagem máxima, que cabe ao município, aplicada ao IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Albufeira, calculada nos termos ... da Lei das Finanças Locais, para tornar menos pesados os encargos dos contribuintes."* De facto, congratulamo-nos com a posição neste momento e da taxa 0%. Com certeza que iremos votar favoravelmente essa taxa mas, esta situação no preâmbulo passado não era verdade." -----

Presidente da Assembleia - "Nós lemos a comunicação social do que se passou aqui nesta Assembleia e, de facto, vem com uma distorção completa do que aqui se passou.



E eu presumo, por experiência anterior, do que li quanto à anterior Assembleia Municipal, que não tem nada a ver com o que se passou naquela Assembleia; o Partido Socialista, naturalmente agora tornará a aproveitar o que as pessoas aqui fazem, para dar um eco, que não corresponde ao que aqui se passou. Tanto quanto eu me recorde e tanto quanto eu me lembro, na anterior Assembleia Municipal, quem fez a proposta até fui eu, e a proposta não foi nada de especial, apenas foi retirar os pontos, este ponto em concreto, para que a Câmara pudesse reequacionar a questão. E o PS sobre esta matéria não travou combate nenhum, porque a única coisa que foi aprovada foi a proposta que eu aqui apresentei. Portanto, não houve combate nenhum e, houve agora nova proposta do lado da Câmara Municipal, que reequacionou a proposta inicial como entendeu, dentro da sua liberdade, assim como nós Assembleia Municipal, dentro da nossa liberdade, tomaremos a nossa posição como bem entendermos. Fico satisfeito de ver que o PS, naturalmente, e uma vez mais, vai a reboque do PSD e, neste caso, da própria Câmara Municipal, ao declarar a sua decisão, que já anunciou, que vai votar favoravelmente. Fico satisfeito de ver isso." -----

Vitor Clemente - "É sempre normal o Presidente do órgão e neste caso da Assembleia Municipal, ser o coordenador, o orientador dos trabalhos. Nunca foi esperado nem achado que, da parte do Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, se antecipe a situações, onde tem uma bancada que pode muito bem tratar desse assunto. Desculpe a minha posição e a minha frontalidade. Nós fizemos o nosso trabalho de casa, tenho aqui as duas situações em concreto, datadas de 18 de Novembro. Aquilo que digo é pura verdade! Quanto à situação da comunicação social. Pegando nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, por vezes interpretam as coisas mal. Mas o Sr. Presidente esteja descansando, antes da sua proposta esta já estava feita." -----

Presidente da Assembleia - "Mas não a vi aqui." -----

Vitor Clemente - "Como nos anos anteriores, onde nós apresentámos as propostas, mas pelo nosso número de elementos na Assembleia, têm sido sempre chumbadas." -----

Presidente da Assembleia - "Quero dizer que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, tenho tido sempre a cautela de não me imiscuir muito na discussão. Mas aqui neste ponto em concreto, fui eu o proponente, e como vi distorcido aquilo que se passou, também tenho o direito, penso, democrático, de me sentir. É um direito democrático, se mo concederem; porque se não mo concederem, penso que não é muito correcto, até porque eu sou bastante liberal ao conceder-vos a palavra muito mais do que os Senhores teriam direito e até, segundo aquilo que eu conheço por outros lados e em zonas do PS na condução das Assembleias Municipais, regem os tempos das bancadas de acordo com o número de eleitos; aqui, os Senhores sabem que não é assim. Eu acho que não deve ser assim, as pessoas são livres, podem e devem falar, mas também não cortem a minha liberdade. Eu tenho todo o cuidado de intervir o mínimo possível, mas quando me toca também tenho que reagir." -----

Vitor Clemente - "É porque nessas Assembleias que o Sr. Presidente se deve estar a referir, tem o regimento que diga que a intervenção de cada elemento é "x" minutos para isto, "x" para aquilo. O nosso não tem. Foi retirado há bastante tempo." -----

Presidente da Assembleia - "Foi retirado por mim, porque eu entendo que não se deve cortar a liberdade das pessoas." -----

Francisco Calhau - "Apenas para dizer que, nós vamo-nos debruçar sobre a proposta da Câmara, penso que estamos a falar de propostas e pontos diferentes e o que nós estamos a querer votar e vamos expressar agora é aqui um crime, embora a única coincidência é que estamos a apresentar propostas de 0%. Aquilo que nós temos aqui é uma análise feita pela Câmara Municipal, diz claramente que: *"No passado dia 18/11/10 em reunião extraordinária a digníssima Assembleia Municipal deliberou, sobre a proposta apresentada pela Câmara Municipal, na qual foi proposto que aquele órgão proceda à análise da mesma com vista à sua revogação, reformulação, modificação ou justificação face ao acima exposto e considerando o actual contexto da crise económica e financeira internacional, a fixação da participação variável no IRS, iria impor um esforço acrescido em termos de impostos á população."* e propõe fixar a taxa em 0%. Proposta assinada pelo Vice-Presidente da Câmara. E é esta a proposta que nós vamos votar favoravelmente e que estamos perfeitamente de acordo com ela. Se a Câmara reconsiderou ou entendeu reanalisar a situação e fazer este esforço deve ser louvada e não criticada por isso. Em relação a outra situação, a análise do número de deputados do PSD e do PS. Por vezes dá a sensação que certa imprensa não a conhece, porque põe as coisas ao contrário, que o triplo vai atrás do simples. Quando ainda por cima nós temos a maioria absoluta dentro da Assembleia Municipal. É qualquer coisa que tem que ser melhor explicada à imprensa, mas não vale a pena estarmos com isso. É apenas uma consideração que estou a fazer." -----

Luis Reis - "Na realidade eu lembro-me que na última Assembleia quando este envolvente e incluído o IRS, foi retirado logo pelo Sr. Presidente não tendo havido sequer possibilidade de os deputados se debruçarem sobre o assunto e votarem nele ou não para que ele fosse novamente aos Vereadores e Presidente para que pudesse ser alterado. Como a maior parte da população ficou descontente com o aumento das águas, também teria ficado bastante entusiasmado se o Sr. Presidente também tivesse mandado seguir esse aumento de águas para que o Srs. Vereadores estabelecessem uma certa normalidade nas alíneas que contemplam a factura de água que triplica, mais ou menos, a cada um de nós." -----

Presidente da Assembleia - "Mais uma vez vou ter que responder. O Sr. Luis Reis diz que eu retirei, eu não retirei, quem retirou foi a Assembleia e, por sinal, por unanimidade. Eu limitei-me a propor, e se a Assembleia não discutiu e aceitou, se não usaram da palavra, se o Senhor está aqui a dormir, desculpe, eu não tenho nada a ver com isso. A Assembleia retirou, não fui eu! A Assembleia é que é soberana, eu apenas posso ser um proponente como qualquer um dos Senhores, nada mais. Essa crítica, desculpe, é muito injusta e não faz sentido nenhum." -----

Luis Reis - " O Sr. Presidente não pôs à discussão a aprovação, não pôs à discussão de ser retirado. Não pôs à discussão o processo todo. Disse, "eu proponho que isto seja novamente mandado para trás". -----

Presidente da Assembleia - "O Senhor quando está na análise de uma proposta, seja ela qual for, nos seus pontos, pode falar sobre o que bem entender. Já lhe cortei a palavra alguma vez? Agora quando o Senhor esteve a falar sobre a água eu devia ter-lhe cortado a palavra. Não estávamos a discutir esse ponto e eu não lhe cortei a palavra. Se não falou sobre a matéria em apreço foi porque não quis." -----

Francisco Calhau - "É pena que a imprensa não esteja cá hoje, para ver a preocupação do PS. Quer "ficar com o berlinde" e está-se a esquecer do essencial. Esta Assembleia votou por unanimidade uma proposta que foi feita pelo Sr. Presidente da Assembleia e está escrito, nessa base a Câmara reconsiderou face a uma proposta que o PSD neste momento claramente apoia e que esta proposta que é o essencial, não é quem é o detentor do berlinde. O essencial diz que, os municípios de Albufeira vão continuar com a taxa de 0%. Quero ver que raio de notícia é que vai sair agora desta vez, isto é que é importante para mim, saber que notícia vai sair face àquilo que ouvi na outra vez." -----

Presidente da Assembleia - "Fomos todos atrás do PS!" -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente da Silva, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Luis Fernandes, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Alberto Saraiva, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

Presidente da Assembleia - "Este assunto não vem na ordem de trabalhos, mas convém dar-vos uma explicação. Em relação à proposta da derrama, foi revogada por deliberação da Câmara e portanto, não tem de vir aqui a esta Assembleia." -----

O Presidente da A.M. propõe que os dois pontos seguintes sejam discutidos simultaneamente e depois votados em separado. Ninguém se opôs. -----

PONTOS TERCEIRO E QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Albufeira, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, na redacção dada pela Lei n.º5-A/02 de 11 de Janeiro, de 23 de Outubro de 18 de Setembro e nos termos do art.6º da Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Estrutura Flexível e Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Albufeira, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Vitor Clemente - "Este tipo de documento prende-se também com o ponto 4. A Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Albufeira é substanciado no D.L. n.º305/2009 de 23 de Outubro, em que cita que o prazo para criar este tipo de estrutura nuclear irá terminar no dia 31 de Dezembro de 2010. Estão-nos a pedir para, ler o preâmbulo, o regulamento, tratar disto tudo. Com que dignidade vamos dizer sim a esta situação? Levaram mais de 350 dias para tratar de um processo e agora vêm pedir à Assembleia a sua posição, num ápice. Mas, mais grave, que é da responsabilidade do Sr. Presidente, não foram ouvidos os directores, os chefes de divisão, enfim, os funcionários desta casa em que esta estrutura irá tratar deles. É sempre bom ouvirmos. Até a situação de um regulamento, quando é lançado, é bom que as pessoas lhe possam dedicar um bocado. Esse tipo de trabalho não foi feito e lamento muito. Este documento deverá ser votado até 31 de Dezembro. Vamos votar, uns contra, necessariamente, outros a favor, considerando que este documento, minimamente, não cumpre os requisitos. Pessoalmente, considero que ele não cumpre. Possivelmente houve um esquecimento, não digo que não, porque quando pressentiram que estava quase no final, fizeram-no e mandaram-no para a Assembleia, e aqui está. Julgo que poucos elementos desta Assembleia o tenham lido. Tratem-nos com dignidade como elementos da Assembleia, para que possamos ter dignidade, ao votarmos sim, ao votarmos não, ou fazer uma abstenção. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me explicasse se, de facto, é imperioso que até dia 31 de Dezembro este documento esteja aprovado pela Assembleia. Pela Câmara está, mas pela Assembleia, não está, até este momento." -----

Paulo Freitas - "Parece que o Sr. Vitor tem informação que nós na Assembleia Municipal não temos. Afirmou que não foram ouvidos os directores, nem os chefes de serviço. Essa informação não veio à Assembleia Municipal, certamente, terá alguma informação mais privilegiada do que nós, PSD. Depois, leio nas suas palavras uma censura ao executivo por trazer isto hoje à Assembleia. Perdoe-me mas não vejo falta de dignidade, nem falta de legitimidade, em aprovar isto tal como é apresentado. A lei, como disse e bem, foi aprovada em Outubro de 2009, e esta estrutura tem de ter de ser aprovada até 31 de Dezembro, estamos dentro do prazo, dentro da legitimidade que cabe ao executivo propor o que entende por ser a melhor estrutura para a execução dos serviços. É um executivo que está em funções e este é o terceiro mandato, conhece bem esta casa, conhece a estrutura de funcionamento desta casa, certamente e sem querer retirar qualquer mais valia ou sem querer diminuir quem quer que tenha estudado a execução desta proposta, estou convicto que, ouve um estudo aprofundado, foram ouvidas as pessoas que as entidades responsáveis entenderam que deveriam ser ouvidas. Foi deliberado em Câmara Municipal, foi trazida a esta Assembleia Municipal no exercício de um direito que é legalmente estabelecido à Câmara, de propor e cumprindo uma normativa, nós dentro das funções que nos cabem teremos de aprovar ou não, ou ainda propor alterações. A crítica que é feita tanto seria feita ou há um ano atrás porque teríamos sempre que decidir, estamos aqui, é uma proposta limpa e que respeita aos interesses daquilo que é considerada a melhor

estrutura orgânica. É uma proposta que só tem que ser aprovada. Certamente assim o será." -----

Vitor Clemente - "Eu pedia ao Membro desta Assembleia que, se fosse possível, verificasse as actividades económicas, isto é num preâmbulo total desta situação, que é citado nos documentos, em que, lá está, omitida, presumo, esquecimento, presumo, ou qualquer outra coisa. Uma actividade que foi uma das actividades principais nesta terra, que foi a pesca, e ela não está inserida, por isso não está a tratar das actividades. Veja-se art.44º pag.35. Fala de tudo menos de pesca. E por isso, é aquilo que há pouco ouvimos aqui falar sobre a situação do mau tratamento do Porto de Abrigo. Levaram décadas e décadas, os pescadores a solicitar aquela obra, hoje está feita. Nem sequer a Câmara se vê, neste tipo de proposta, considerar as pescas. E quando diz respeito aos funcionários, não mereceram nem merecem ser tratados assim! Nada disto é contra quem for, é uma situação de princípios. Há pouco eu dizia, possivelmente foi, olharam para o documento, viram que estava quase a terminar o prazo, remeteram para a Câmara, remeteram para a Assembleia. Nada aqui é contra pessoas, agora, não foram faladas com as pessoas. Basta falar com os directores que por sua vez espalham a boa nova." -----

Paulo Freitas - "Convém compreender a emotividade do discurso do Membro Vitor Clemente, mas não podemos deixar de ter aqui em causa que isto é uma decisão política. Posso discordar com ela. Mas nós, no âmbito da liberdade e da composição podemos propor o que quer que seja. Não basta criticar, não basta chegar aqui e dizer que não está bem. Tem que se propor. Pode vir a ser melhorado. A Câmara tem sabido aceitar as recomendações desta Assembleia, no sentido do que é a defesa dos melhores interesses do concelho. Não teve uma postura totalmente autocrata nem sequer autista. E nós, nesta Assembleia Municipal, temos tido um comportamento extremamente cooperativo com o executivo e, portanto, criticar por criticar é censurável. Felizmente temos opiniões políticas distintas e esta é uma opinião política no sentido de como hão-de ser estruturados os serviços da Câmara Municipal e, como digo, tenho em querer que, como tudo o que nos é remetido por parte do executivo, tem um estudo que suporta esta proposta do Executivo." -----

Presidente da Câmara - "Penso que a Assembleia merece o respeito, obviamente, que o Sr. deputado Vitor Clemente entende que não foi dado. Nós estamos a falar de uma decisão que é política. E estamos a falar de uma decisão que se enquadra no âmbito da lei e a lei permite que a Câmara Municipal tenha aprovado em reunião de câmara e que hoje venha à Assembleia Municipal. A legitimidade está por aqui. Mas a legitimidade também é dada ao município e à Câmara para fazer as escolhas e fazer uma gestão das divisões e das áreas de intervenção que acha que melhor servem o município. E daquilo que eu sei, estas divisões, estes departamentos e tudo isto deve ser feito sem pensar naquilo que são as pessoas para cada divisão em cada departamento. Porque a lei, o que diz é que, quando for aprovado em comunicado caíem as chefias todas e ao caírem as chefias, politicamente, qualquer Câmara em qualquer lado permite que a decisão sobre uma chefia pode não ser aquela que está neste momento. É da lei, não vale a pena

andarmos aqui às voltas. Se a Câmara conhece, se os vereadores conhecem, se nós conhecemos os serviços todos, conhecemos as pessoas, conhecemos a mobilidade, nós fizemos correcções de determinados serviços para outros por uma questão de organização e rentabilização de recursos que temos no município. Estou aqui há nove anos. Eu tenho conhecimento de pessoa a pessoa e dos seus nomes e também sei o que alguns valem e não valem. Sei claramente o que é em termos de divisões. E a pesca não estar aqui não é sinónimo de falta de respeito à pesca. Aliás, digo mais, nós, Câmara Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, é que temos vindo a dinamizar, claramente, a actividade daquele Porto de Abrigo com a Associação dos Pescadores de Pesca porque o Estado tem falhado permanentemente. Aquele Porto de Abrigo está construído há dois, três anos e o Estado ainda não conseguiu pôr aquilo a funcionar, independentemente das minhas pressões e das pressões da Junta de Freguesia. Portanto, isso não é nenhuma lição para quem tem uma preocupação permanente, onde foi a Câmara que pôs lá os contentores, onde foi a Câmara que accionou todos os meios, onde é a Câmara que é o suporte das candidaturas da instituição. Vá perguntar isso aos pescadores. O meu amigo já foi vereador nesta casa, o meu amigo tinha várias coisas no papel, nunca as levou a efeito, e se um dia vier para aqui, espero que não tão cedo, não sei qual é a postura que vai ter. Isso é de quem não tem uma noção, ou então já não quer saber. E portanto, não há aqui nenhum desrespeito, não há falta de consideração pelas datas, e aliás, este trabalho demorou mais tempo porque é um trabalho que tem de ser feito com muito cuidado, com muita preocupação e obviamente, uma preocupação importante, que é não pensar no nome das pessoas, pensar na estrutura, nos departamentos, nas divisões e na funcionalidade, naquilo que a Câmara tem de servir diversos serviços e diversos munícipes. Esta é claramente a minha proposta de aprovação em Câmara e espero que a Assembleia aprove porque não estão aqui em causa pessoas, está em causa uma estrutura de funcionamento de um município que tem responsabilidades muito grandes e, obviamente, aquilo que nós pensamos e que introduzimos, não é para andar aqui a empatar e a enrolar, é para decidir porque faz falta decidir." -----

Francisco Calhau - "Eu confesso que não percebi ainda bem qual é o problema do PS relativamente a esta questão. Isso não é importante. O que me parece que é importante reter é o seguinte, nós estamos a falar de um diploma que vem de Setembro do ano passado e, é um diploma que, no caso que nós estamos a apreciar e se por isso entendermos seguir a sugestão do Sr. Presidente da Assembleia na sequência do diálogo que foi estabelecido com o representante do PS, Vítor Clemente, de juntar os dois pontos nesta discussão, porque é importante que analisemos o seguinte, o está aqui em causa, agora, depois da exposição do Sr. Presidente da Câmara, de forma mais clara a questão, está aqui em causa vinte e seis chefias de divisão e quatro direcções de departamento. Estamos a falar em trinta concursos. E portanto parece-nos que está a criticar a Câmara por entender levar este assunto com todo o cuidado e naturalmente estará a apresenta-lo dentro do prazo como já foi dito pelo meu colega há pouco, embora na parte final do prazo, a Câmara não pode ser criticada por isso,

tanto mais que mostrou o cuidado todo em fazer um regulamento que vai implicar e pode implicar, a própria lei assim o deseja, que haja renovação nas chefias. Eu não estou a dizer que vai haver, o que o vai ditar é o concurso. E ao ter que haver concursos, evidentemente, que os interessados, as actuais chefias, potenciais interessados, se forem ouvidos, podem, e não estou a dizer que não devam ser ouvidos, mas pode ser também imputado que essa audição pode condicionar de certa forma a maneira como se pretende que seja imparcial a análise da estrutura e da evolução da estrutura. Tem que haver uma alteração na estrutura, essa tem que se realizar até ao último dia de Dezembro deste ano e, portanto, na sequência disso, a Câmara apresenta a esta Assembleia uma proposta que envolve, e é o que temos neste momento em análise, quatro direcções de departamento, que representam as chamadas estruturas nucleares e vinte e seis chefias de divisão que representam as chamadas estruturas flexíveis. E é isto que estamos aqui a discutir. Devemos analisar isto objectivamente, como o Sr. Presidente da Câmara disse, independentemente das pessoas porque não é esse o objectivo com que o diploma foi feito e com que todas as autarquias vão ter que analisar e fazer aprovar os seus regulamentos. Pese embora o interesse natural das pessoas nessa questão, é evidente que isso não está em causa." -----

Presidente da Câmara - "Sr. Presidente, como já fiz a minha intervenção e como acompanhei esta questão sempre com a vereadora dos recursos humanos, se achar por bem que ela possa complementar a minha intervenção, se ajudar no esclarecimento." ---

O Presidente da Assembleia convida a Sra. Vereadora Ana Pífaro a dar o seu esclarecimento. -----

Vereadora Ana Pífaro - "Queria fazer apenas um pequeno esclarecimento. Como vereadora dos Recursos Humanos e à semelhança daquilo que tem sempre sido feito e eu tenho zelado por isso, nunca deixei de ouvir nenhum funcionário, nenhuma chefia, nenhum director e nesta situação passou-se exactamente a mesma coisa. Não sei quais as informações que foram transmitidas para o exterior. O trabalho não foi feito em cima do joelho, foi contratada uma empresa externa, há vários meses, que fez um estudo visto do exterior, porque quando se precisa de ver as coisas pelo lado de fora não convém ser o lado de dentro a fazer. Esse estudo foi dado ao município, o executivo estudou aquilo que nos foi transmitido, foi tomada uma decisão política na escolha da estrutura nuclear que é diferente da estrutura flexível. Quando essa escolha estava feita foram chamados os directores, um por um. Foram discutidos com eles os pontos que se achava essencial com eles discutir, foram feitas alterações tendo em conta aquilo que foi dito por cada director que poderão não vir a sê-lo no futuro porque como já foi dito vai ser aberto concurso para cada chefia. Foram feitas alterações tendo em conta as conversas que foram tidas. Quando foi tomada a decisão política desta estrutura nuclear a adoptar, cada Vereador tinha falado com os chefes responsáveis dos pelouros para saber a ideia de cada um deles, por isso parece-me um pouco estranho dizer-se que o trabalho anterior não foi feito. Como qualquer regulamento, como qualquer legislação, é normal que tenha falhas, que venha a haver alterações. O facto de estar a ser apresentado agora, por aquilo que sei, 90% dos

municípios a nível nacional estão a apresentá-los também neste momento. É um trabalho que envolve muita gente, muitas competências, não pode ser feito de um momento para o outro." -----

Carlos Lima - "Queria fazer duas perguntas, mas a primeira já foi respondida. Quem esteve por trás da feitura deste regulamento foi uma empresa. Foi contratada uma empresa. Pediram ajuda a uma empresa." -----

Vereadora Ana Pifaro - "Eu não disse isso!" -----

Carlos Lima - "Então se calhar percebi mal, que tinha sido uma empresa, mas pondo esse ponto de parte, parece que realmente não há grandes problemas em ter ouvido os funcionários. Foi dito pela Sra. Vereadora que os funcionários foram ouvidos, e bem. O que estava aqui em questão era saber se os funcionários tinham sido ouvidos ou não. Parece que era crime ouvir os funcionários porque poderia influenciar alguém, pelos vistos, foi confirmado pela Sra. Vereadora e bem, que os funcionários foram ouvidos e daí não houve alteração naquilo que era politicamente previsto. Ainda bem que ouviu os funcionários. Ainda bem que diz que os funcionários têm o valor que tem, mas continuam a ser ouvidos e depois a decisão política é sempre do órgão político. Outra coisa tinha sido dita, não se tinha ouvido os funcionários porque isto estava sujeito a concursos e poderia influenciar alguma coisa. Já fiquei esclarecido. Entretanto, gostava que me esclarecesse, não percebi muito bem, qual a intervenção da empresa externa sobre isto. Eu também já estive aqui como vereador e acho que não era competente para fazer isto. Se os actuais Vereadores e o Sr. Presidente, têm conhecimento para fazer uma coisa destas, eu digo, modestamente, que não o conseguia fazer, a não ser que tivesse opinião de pessoas que sabem como é que se entreligam as divisões, departamentos, serviços. Se calhar, é uma coisa que o Presidente e os Vereadores precisam de ajuda. Como ouvi falar dessa empresa, gostava que me esclarecesse qual foi o seu trabalho. Ou foi o nosso Presidente e os Vereadores que o fizeram? Se foram eles eu voto já a favor. Mas parece-me que é um trabalho muito mais aprofundado do que aquilo que é feito por quem tem a gestão do dia-a-dia. Eu também já fiz parte de uma feitura destas coisas e não é fácil. De certeza que tem de haver uma opinião dos funcionários, dos directores de departamento, que têm a experiência técnica, que acho que também tem valor. Se calhar a opinião deles terá que servir para fazer chegar ao melhor que se pretende. É isto que o executivo pretende, que a organização dos serviços fiquem melhor para servirmos melhor a população." -----

Paulo Freitas - "De vez em quando tenho algumas dificuldades porque perco-me um bocado no discurso. Do que ouvi dizer do Sr. Carlos Lima, ilustre membro da Assembleia, parece que quem disse que não deveriam ser ouvidos, foi eu, que respondi à afirmação do Sr. Vitor Clemente, que disse "*Não foram ouvidos os funcionários. Não foram ouvidos os directores de departamento. Não foram ouvidos os chefes de divisão.*" Isto foi uma afirmação. O que eu disse em resposta foi: disse que tinha informação privilegiada. Pelos vistos está errada, porque a Sra. Vereadora veio confirmar que foram ouvidos. E disse que, este trabalho quando nos chega aqui por

parte do executivo, vem bem estruturado e vem, efectivamente, bem feito. Conhecendo a Sra. Vereadora em termos profissionais, como eu conheço, não esperava outra postura. Está aqui. Suportou-se numa auditoria como uma pessoa competente normalmente faz, reconhece as suas deficiências, reconhece que é um serviço que tem de ser melhorado e pede a uma entidade externa que faça uma auditoria aos serviços. Presumo que tenha sido feita essa auditoria à estruturação dos serviços. E depois, com base no estudo, do que foi feito, é apresentada uma proposta. Mas isso é um trabalho interno. Não foi nenhuma empresa, segundo aquilo que eu percebo, que chegou aqui e disse: "*Está aqui a estrutura nuclear que a Câmara Municipal deve ter*". Presumo eu. Nem lhe quero retirar, nem lhe conheço tão menos capacidades do que essas propostas que aqui vêm. Efectivamente, este trabalho que aqui está feito, é feito pelo executivo. E a ser assim, eu presumo que o Senhor irá votar favoravelmente." -----

Francisco Calhau - "Confesso que vou perdendo o jeito com o jogo das palavras. Aquilo que é objectivo aqui, é que os lugares em causa vão a concurso e as pessoas que lá estão podem não ser escolhidas. E ao haver um concurso e não poderem ser escolhidos, a sua perspectiva de ver as coisas não é condicionante para que tenham de ser ouvidos, quando democraticamente são ouvidos, como já foi dito que foram. Mas meus caros amigos, aqui o que é importante é que os lugares vão a concurso, a lei é taxativa e diz o que pretende quando os lugares vão a concurso, pretende uma renovação de estrutura. E essa renovação de estrutura pode ou não fazer-se com ou através das mesmas pessoas. Essa é a questão que está aqui! Volto à história do berlinde, para mim não é a cor que interessa, interessa neste momento é o que está aqui claro. Todos nós pedimos estudos a entidades externas e é bom que o façamos e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a jogar com palavras. O que se pediu foi um estudo, não que fizessem a estrutura. Eu, confesso, que começo a ter um pouco de falta de jeito nisto." -----

Carlos Lima - "Penso que há aqui uma grande confusão sobre a minha dúvida em relação à empresa ..." -----

Presidente da Assembleia - "Só quero dizer que, via regulamento, já passámos da meia-noite. Portanto temos uma hipótese que é, ou continuamos esta Assembleia agora ou continuamo-la amanhã à mesma hora, conforme convocatória." -----

Carlos Lima - "Não sei o que vai decidir mas, peço que me deixe terminar a minha intervenção, se for possível, e a seguir decidíamos sobre isso. Em relação à empresa, só perguntei se tinha sido uma auditoria. Não há nenhum jogo de palavras. Já percebi que se pediu ajuda externa e é normal, foi o que disse. O Sr. Presidente disse que não ouviu nem tinha que ouvir funcionário nenhum. Está gravado de certeza. E disse isso com toda a legitimidade, porque estava a dizer que eles não têm que ser ouvidos porque vão ser objecto de concurso e, se calhar, se ouvisse os funcionários, eles poderiam eventualmente dar instruções para se fazer assim ou assado, para eles caberem no fato. Se calhar por isso o Sr. Presidente diz e com razão, os funcionários não têm que ser ouvidos. Agora, não ouvirmos os técnicos, que trabalham há dez ou vinte anos nesta Câmara, que sabem como é que as coisas funcionam, não colhemos a opinião deles para fazermos um bom serviço, sem estarmos preocupados, porque depois

vai haver concurso. Nós, é que já parece que estamos de pé atrás, e já duvidamos de tudo e de todos, e se eu vou pedir opinião a alguma pessoa, penso que ele está a querer tirar dividendos disso. Não! Eu acho que se deve pedir a opinião às pessoas que nós achamos que nos podem valorizar aquilo que nós queremos fazer. A seguir há o concurso. É uma coisa totalmente distinta porque não fica lá escrito que quem deu a opinião foi este ou aquele, portanto aquele lugar é para ele. Mais uma vez, foi o Sr. Presidente que disse que não ouviu nem tinha que ouvir e foi isso que achei estranho porque a seguir, a Sra. Vereadora diz que ouviu. E ainda bem. O Sr. Presidente não teve conhecimento que os funcionários foram ouvidos, também não tem de ter conhecimento de tudo e a Sra. Vereadora fez aquilo que lhe compete, ouvir os funcionários para tentar fazer um serviço melhor em prol de Albufeira. É isso que nós estamos aqui a discutir. O concurso vem a seguir. Se são os mesmos ou se não são, oxalá que sejam os melhores, o concurso é feito para isso. A minha preocupação é que não se vá colher informação daqueles que estão no terreno há dez ou quinze anos a funcionar na acção social, na educação, no desporto. Foi por isso que eu disse, como vereador não me sentia capaz de fazer isto sozinho sem pedir opinião das pessoas que estão no terreno a fazer as coisas. Isto é uma coisa. A outra é dizer que vou pedir a opinião e "*diz-me lá como é que é para depois isto ir para ali*". E acho que era nisso que o Sr. Presidente estava a falar." -----

Presidente da Câmara - "Era isso, sim senhor!" -----

Carlos Lima - "Penso que ficou esclarecido. Toda a gente tem o direito de dizer que as pessoas jogam com as palavras. Eu estou plenamente de acordo com o que diz o colega Francisco Calhau, o que interessa é o que sai daqui, quem me conhece sabe que o que me interessa é o resultado. Gosto de vez em quando divagar, todos gostamos de fazer uns discursos de vez em quando mas, tendo por objectivo fazer o melhor por Albufeira, o melhor para os albufeirenses. E eu não vou, nunca, calar-me, tentando fazer intervenções no sentido de melhorar aquilo que é apresentado e nunca com intenção de jogos políticos. Quem me conhece sabe que nunca alinhei em jogos partidários. Em jogos políticos, alinho sim senhor, nós estamos aqui, fomos eleitos, somos políticos e temos a obrigação de intervir por mais que nos digam que gostamos de fazer flores, que utilizamos as palavras. Eu realmente se calhar não utilizo tão bem as palavras como outros que têm outra formação. Contento-me com isso, vou estudando, leio os documentos e aquilo que eu digo, digo com intenção de melhorar o debate e melhorar as soluções. Estou à vontade, não é com esses argumentos que me vão calar, não me calam porque eu fui eleito para tentar melhorar o debate, tenho pena é que sejamos sempre os mesmos a falar e cada vez menos. Quando se diz que neste país se fala muito, eu digo é que se fala pouco, devíamos falar muito mais, intervir muito mais, e não termos medo de nos expormos à crítica e de sermos chamados à atenção, desde que a nossa intervenção seja de boa fé e com intenção de melhorar e é para isto que eu aqui estou. Podem dizer o que quiserem, eu vou continuar a intervir em nome daqueles que me elegeram para eu aqui estar." -----

Adriano Ferrão - "Boa noite a todos. Este ponto alongou-se para mim mais do que o necessário. Ainda não ouvi falar da bancada do PS sobre os próprios pontos que constam desta proposta. O que vem aqui à baila acabou por ser meios processuais, deontológicos, que se seguiram para se conseguir a proposta. Ficou-se à volta disso e aquilo que é o cerne deste ponto que está aqui à apreciação da Assembleia e que trouxe no seu devido tempo, é no fim de contas os conteúdos que aqui estão na proposta. A proposta ficou um pouco de lado e centrou-se o discurso noutro lado. É com a maior naturalidade que, compor uma proposta de uma estrutura absolutamente perfeita é de certeza uma utopia mas, quero querer e pela leitura quer da estrutura nuclear quer da estrutura flexível que este trabalho que está aqui é um trabalho puro que afecta uma série de medidas no sentido de se aproximar essa utopia numa estrutura absolutamente perfeita. E é nesse sentido que os trabalhos processuais decorreram com auditorias de empresas privadas, foi ouvido e auscultado o pessoal, dito pela Sra. Vereadora e o objectivo era de certeza a dinamização dos recursos e a estrutura mais completa e que melhor sirva a população de Albufeira. E parece-me que este documento vai nesse sentido. Em relação a outro ponto que queria abordar e que foi aqui referido, as pescas. Nós sabemos o esforço que este executivo tem feito e também na pessoa do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira no sentido de proteger os interesses dos pescadores. Foi trazida á baila a omissão dos pescadores. É para isso mesmo que existe o art.54º no mesmo documento "lacunas e omissões", e cujas omissões deste regulamento serão resolvidas nos termos gerais do direito do Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, que é quem tem tido esse protagonismo na defesa dos interesses dos pescadores." -----

Francisco Calhau - "Se me for permitido Sr. Presidente e pegando na questão que pôs no princípio, eu ia aproveitar esta intervenção única e exclusivamente para responder ao repto que lançou. Ou seja, embora contrariando um bocadinho o regulamento, propunha que continuássemos os trabalhos. Colocava a proposta à consideração dos meus colegas e que, eventualmente, pudéssemos discutir os pontos 6 e 7 em conjunto." -----

Presidente da Assembleia - "Vamos concluir estes dois pontos porque o seu debate já foi iniciado e depois colocaremos a proposta à consideração. Peço à Sra. Vereadora um esclarecimento. É possível neste art.44º introduzir-se "e pescas" ou não?" -----

Vereadora Ana Pifaro - "É o que eu estava a dizer há pouco. Provavelmente vão ter que ser feitas alterações." -----

Presidente da Assembleia - "Não estou a falar em relação em haver alterações posteriormente. Estou a perguntar se neste momento há algum óbice a que nós aqui nesta Assembleia possamos introduzir a palavra "e pescas"." -----

Vereadora Ana Pifaro - "Acho que não." -----

Presidente da Assembleia - "Então propunha que se acrescentasse "e pescas"." -----

Presidente da Câmara - "Quero dar um esclarecimento ao Lima. A minha preocupação foi falar no contexto de uma estrutura que, eu, especificamente, não tive intervenções directas, tirando uma ou outra situação pontual de uma observação, porque também quis ficar com liberdade de poder analisar as quatro ou cinco propostas que a auditoria

nos indicou e a nossa experiência e a capacidade de podermos perceber que havia serviços que estavam neste momento num departamento mas que em termos de funcionalidade ficavam noutra mais agarrados aproveitando as energias. Foi esse o trabalho que fizemos. Ou seja, não foi feito fora, foi feito por nós. E foi feito por nós interligando as questões. Quando aprovamos isto na Câmara e o Vereador se absteve e fez essa pergunta eu disse que foram ouvidos quando foi entendido que era necessário. Não fizemos disto um debate aberto. Eu próprio, uma das estruturas pensadas, tinha uma divisão e um determinado serviço que, à última da hora entendemos, particularmente eu, que aquele serviço seria melhor do outro lado. E fiz uma abordagem informal com o director de departamento. O que está aqui é o resultado daquilo que nós entendemos como o melhor resultado das propostas e das ideias que foram apresentadas para servir a estrutura. É natural, como diz a Vereadora, que possa haver correcções, como em tudo. A prioridade é organizar os serviços e pôr as coisas a funcionar." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca os pontos a votação, separadamente. -----

VOTAÇÃO: ESTRUTURA NUCLEAR DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencções: cinco (05) Vítor Clemente da Silva, Luis Fernandes, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Alberto Saraiva, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: ESTRUTURA FLEXÍVEL E REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA com proposta de alteração do Presidente da Assembleia ao art.44º do regulamento - acrescentar "e pescas" -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencções: cinco (05) Vítor Clemente da Silva, Luis Fernandes, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Alberto Saraiva, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

Presidente da Assembleia - "Agora sim, Eng. Calhau, é o momento oportuno de colocar à consideração da Assembleia se pretendem continuar os pontos que faltam ou se pretende regressar aqui amanhã, à mesma hora, para acabar esta Assembleia. Conforme convocatória." -----

Vitor Clemente - "Os pontos que vêm em termos de discussão, o ponto quinto não é complicado, mas os pontos sexto e sétimo, as Grandes Opções e o Orçamento, da nossa parte de maneira alguma iremos dizer, "sim senhora passe isso à frente". Nós temos em quase todos os capítulos uma pergunta para fazer ao Sr. Presidente. Por isso, vai demorar algum tempo, da nossa parte." -----

Presidente da Câmara - "Da minha parte, estou disponível para continuar." -----

Francisco Calhau - "Todos nós quando viemos até aqui sabíamos os pontos que vínhamos discutir e sabíamos bem a importância que tem para o município de Albufeira a aprovação dos mesmos. E também constatamos que houve necessidade de fazer um ajuste de substituições porque as pessoas têm também os seus compromissos familiares na véspera natalícia. Portanto, não me parece que seja assim tão difícil discutirmos o que temos a discutir hoje, seja até que horas for, para resolvermos o problema. Parece-me muito mais fácil, já que estamos aqui todos, do que irmos embora para casa e contrariar cada um de nós os compromissos familiares já assumidos numa época tão importante para as famílias, para amanhã virmos aqui discutir aquilo que podemos discutir em mais uma hora hoje. Portanto, a minha proposta é esta." -----

Presidente da Assembleia - "Pergunto ao Sr. Ramiro, BE." -----

Ramiro Fernandes - "Por mim, continuava também." -----

Presidente da Assembleia - "Parece que a maioria é para continuar. Quer ir à votação?"

Vitor Clemente - "No regimento o que é que diz?" -----

Presidente da Assembleia - "Diz que termina à meia-noite, mas se a Assembleia deliberar continuar, a Assembleia é soberana. Eu, pessoalmente, não me importava de vir cá amanhã, se não fosse nesta época, há compromissos e há uma imperatividade, de que isto seja aprovado antes do fim do ano. Também há a saber que todos sabíamos ao que vínhamos. Está muita gente fora da sala, é melhor fazer um pequeno intervalo." ---

Retomada a sessão, todos concordam que se continue com a discussão dos pontos. ----
Por questões de ordem técnica (falha na gravação), a partir do ponto quinto, as intervenções de alguns Membros da Assembleia não estão transcritas na sua totalidade, apenas são apresentados pequenos excertos. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de prorrogação do período de utilização do empréstimo até ao montante de € 18.000.000,00, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto. Faz menção ao erro de escrita da proposta "onde se lê 2010 deve-se ler 2011" e passa a palavra aos Membros da Assembleia. ----

Vitor Clemente - "Dos dezoito milhões, qual é a verba que não está a ser utilizada?" ---

Carlos Lima - "Qual é a verba que falta gastar e em que se pretende gastar." -----
Presidente da Câmara - "Está disponível a verba de quatro milhões de euros. Mas o Vice-Presidente José Rolo será a pessoa mais indicada para responder a essas questões." -----

Vice-Presidente - "O que está disponível são quatro milhões de euros, destinado a certas obras visadas pelo Tribunal de Contas. Nomeadamente o parque de estacionamento que não está inserido neste orçamento. No início houve alguns interessados na concessão/exploração do referido parque, mas depois de aberto o concurso, não houve concorrentes. Um milhão e trezentos mil euros serão utilizados no caminho dos Brejos. A haver alguma utilização na verba que não no estacionamento, será destinado a outra obra, provavelmente para o caminho." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstensões: três (03) Vítor Clemente da Silva, Florbela Caixinha e Carlos Lima. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Alberto Saraiva, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Luís Reis e Luis Fernandes. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

O Presidente da Assembleia propõe que os dois pontos seguintes sejam discutidos em simultâneo e depois votados separadamente. Ninguém se opõe. -----

PONTO SEXTO E PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2011/2014, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2011, incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro -----

O Presidente da A.M. apresenta os pontos e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "As Grandes Opções é o documento principal, é como o pão para a boca. É um documento político e substanciado. As Juntas de Freguesia foram penalizadas, principalmente a de Paderne. Não vai ser possível à Câmara em 2011 aproximar-se dos cem milhões, que é um valor muito elevado. Seria mais justo, em termos de valores, que a Câmara se aproximasse mais da casa de oitenta, oitenta e cinco milhões, porque é o valor mais correcto a verificar-se ao nível de todo o tipo de gestão. Vou citando o trabalho que fizemos (doc. 6)." -----



Handwritten signature

ORÇAMENTO 2011

NO CAPÍTULO DAS RECEITAS

1-IMPOSTOS DIRECTOS MENOS 20%

2-IMPOSTOS INDIRECTOS MENOS 4%

4- IAXAS... MENOS 5%

5- RENDIMENTOS MENOS 7%

6- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – MAIS 30%

7- VENDAS DE BENS CORRENTES- MAIS 50%

8- OUTRAS RECEITAS CORRENTES- MAIS DE 200%

9- VENDAS DE BENS INVESTIMENTOS- MENOS 10%

10- MENOS 3%

12- MAIS 100%

13- MAIS

15- MAIS

NO 7 VENDAS DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A CÂMARA DEVE VIR A EDITAR UM BEST SELLERS... VENDER LIVROS E DOC TÉCNICOS PÁGINA 2

ÁGUA... DÁ A IDEIA QUE VIRÁ MAIS AUMENTOS POIS EM 2010 O VALOR FOI DE 8.500.000

ORA NO CAPÍTULO DAS RECEITAS ONDE O EXECUTIVO PODE AUMENTAR... A LA GARDIA... FF-
LO TORNAANDO ESTE PSEUDO ORÇAMENTO PARA 2011 UM MONSTRO EM QUE NÃO TERÁ
QUAQUER CREDIBILIDADE E COMO É FÁCIL DE VERIFICAR.

NAS RECEITAS ESTAMOS CONFESSADOS, VAMOS PARTIR PARA AS DESPESAS, ONDE AQUI A
EMENTA É PIOR QUE O SONHO



7.2

0101- A ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA. AUMENTA A DESPESA EM CORRENTES

0202- GESTÃO E FINANÇAS- AUMENTA A DESPESA EM CORRENTES

0303- Planeamento- diminui a despesa em correntes e capital

04- Infraestrutura aumenta a despesa

05- social e cultural- diminui despesa

06-Rede públicas- aumenta despesa

07- jurídico contenci. Diminui despesa

08 Proteção civil- aumenta despesa

09-polícia municipal- aumenta despesa

Sobre este orçamento não podemos votar de outra maneira que não seja CONTRA



GP2011-2014

[Handwritten signature]

As grandes opções do plano em termos introduzidos comparativos com o ano anterior não teve alteração a única alteração fora nos vectores a substituição do ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO POR ADMINISTRAÇÃO GERAL E DE CERTO MODO

Uma diminuição no PPI comparativo com o ano de 2010 de 35.052.342,00 para 21.221.274,00

F nas AMR- um aumento para 2011 de 1.1962.518,00 comparativo 2010 1.187.309,00.

É notória a diminuição nos investimentos

Também é notório que a JUNTA DE FREGUESIA MAIS PENALIZADA É A FREGUESIA DO INTERIOR OU SEJA PADERNE JULGUE QUE O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA

FAZ A DIMINUIÇÃO DE 10.000,00 NA SUA GESTÃO NO SEU TERRITÓRIO TENHA ALGUMA DIFICULDADE ACRESCIDA POIS QUANDO NOS HABITUAMOS A 196.000 E PASSAMOS PARA 186.000 TORNA DIFÍCIL A GESTÃO

NO PLANO DE INVESTIMENTOS E EM TODA A LINHA, UTILIZANDO UM TERMO FUTEBOLÍSTICO

O SENHOR PRESIDENTE MANDOU CHUTAR PARA A FRENTE. POIS AQUELAS ACÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS EM 2010 JÁ PASSARAM PARA 2011 E PARA 2012.

ORA COMO DE PROMESSAS JÁ O POVO ESTÁ FARTO O QUE DIZER AGORA,

MAIS UMAS MENOS VERDADES PARA OS ELEITORES, E O VERNIZ ESTÁ A MUDAR.

EXEMPLOS JULGUE NÃO VALER A PENA INUMERAR, POIS ELES SÃO TANTOS. QUE ALGUNS

FICARIAM * OFENDIDOS

Vitor Clemente (continuação) - "A minha pergunta é a seguinte: a Câmara irá aumentar a água em 2011? No ano de 2010 o Sr. Presidente fez um orçamento de cento e cinco milhões, hoje à data de 30 de Novembro estava em cinquenta e quatro milhões. Na boa das hipóteses venham a receber mais trinta milhões. Ficará em oitenta e quatro milhões. A diferença é muita e depois vão penalizar não só esta Câmara mas também os municípios em geral. Sobre este orçamento Sr. Presidente, como deve calcular, nós iremos votar contra." -----

Helder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - "Queria lembrar ao Sr. Vitor Clemente, que o Senhor já foi Vereador nesta casa e a sua preocupação em relação às Juntas de Freguesia, por exemplo a Junta de Freguesia de Albufeira recebia 0%. Neste momento temos setenta e sete mil euros, que já é bastante razoável. É para relembrar a postura de quando o Senhor era Vereador nesta Câmara e a que tem agora, é uma diferença muito grande. No entanto, trás tanto trabalho de casa em relação aos subsídios da Câmara, mas esqueceu-se de fazer o mesmo em relação aos subsídios que vêm do Fundo de Financiamento para as Juntas de Freguesia. Era interessante também analisá-los. Se calhar encontraria também números. Qual foi a postura que o PS teve a nível nacional para com as Juntas de Freguesia." -----

Francisco Calhau - "É nossa intenção sugerir ao executivo que, na 1ª revisão do orçamento que vá fazer, em Janeiro do próximo ano, possa ser reanalisado a questão das Freguesias. Se precisam ou não desse reforço. Sabemos de antemão, ao estar a fazê-lo, provavelmente, não estamos a dizer nada de novo daquilo que vai acontecer porque ouviram e discutiram com os Presidentes das Juntas e portanto, é natural que isto aconteça, independentemente desta sugestão. Quanto à questão da análise que o deputado Vitor Clemente fez. Eu tenho pena que não tenha seguido o mesmo mapa que seguiu para as receitas, que não tenha seguido o mesmo critério para da despesa. Porque quando analisou as quedas da receita poderia ter constatado, porque esse mapa que está disponível e é conhecido, que também se verificou relativamente à despesa no mesmo período. Ou seja, vamos analisar a despesa com pessoal com execução a trinta de Novembro, elas reduzem relativamente à execução do ano passado. A aquisição de bens e serviços está significativamente reduzida. Os juros e outros encargos também. E só para resumir, as despesas correntes em execução em 2009 estavam em cinquenta e seis milhões e neste momento estão em quarenta e três milhões. Todos nós sabemos as razões porque a receita diminuiu. No mesmo período que estamos a analisar, vamos às despesas de capital, também encontramos diminuição, aqui até mais acentuada. Provavelmente alguns investimentos irão transitar para serem pagos no ano a seguir. Isso é normal acontecer. Mas o que é um facto, é que esse drama que põe relativamente às despesas, neste momento não se constata. O mesmo mapa que utilizou para analisar a receita, também está disponível para a despesa e não está a considerá-lo. O que foi ver foi, caso a caso, foi ver uma rubrica isolada mas não em grupos, tal como fez para a análise da receita. Quanto à água: aquilo que eu vejo orçamentado é uma receita de dez milhões. É o que eu tenho a dizer e, naturalmente, o PSD irá aprovar o orçamento e as grandes opções do plano." -----



Francisco Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - "Na minha terra diz-se "uns fazem asneiras e outros pagam as dívidas". O Sr. Vitor não está atento. O Estado dá-nos 8,5%. Não tenho mais, nem menos. Tenho menos 5%, como em todas as Juntas, como foi no ano passado. O Calhau falou uma coisa e é verdade, como as coisas irem correndo e falámos isso com o Dr. Rolo, nós iremos negociar. O Sr. Vitor, por vezes, parece que anda aqui há pouco tempo. Ele sabe muito bem, foi Vereador, as lutas que travei com a Câmara Municipal, da altura, para aumentarem as Juntas de Freguesia e isso não foi feito. Ouvei uma frase do Presidente da República que falava em "retórica política". Eu não estou aqui com retóricas políticas. Conhecem-me bem, sabem como eu sou. Sou muito frontal. Também sei das dificuldades antes do Sr. Vitor estar cá, estou cá há quase vinte anos. É bom que não tenhamos a memória curta para analisar isto! É evidente que, no alto da crise eu também estou a sofrer a crise, em casa. E numa altura de crise todos temos que a partilhar. Como tal, todos nós estamos a partilhá-la. Pergunto a mim próprio: o que é que as Juntas de Freguesia fizeram neste país para serem penalizadas? É evidente que me custa discutir isto, custa-me receber menos, custa-me fazer análise de um documento que podia ser do bom agrado de todos e estamos em dificuldades. Podíamos ter mais coisas em Paderne, podíamos ter mais obras. Todas as Juntas queriam ter mais obras. Mas temos que ser honestos com nós próprios e, quando fiz o orçamento, tive alguma dificuldade. É verdade! Tenho cerca de quatro mil e tal contos para um orçamento de trezentos mil euros, sessenta mil contos. As pessoas não se podem esquecer do passado." -----

Carlos Lima - "Estava a pensar na intervenção deste ponto, mas depois de ouvir o Francisco na última intervenção e depois de ouvir alguns deputados dizerem "*o que interessa é aquilo que se consegue, aquilo que é*". Das duas uma, ou aquilo que é, é verdade e Paderne recebe menos 10 mil euros do que no ano passado, e ficamos por aí nos objectivos, ou vamos a anos anteriores. Uma Junta vê reduzido de um momento para o outro, o orçamento em dez mil euros. Vamos ver se em Janeiro vai ser corrigido para bem das Juntas." -----

Francisco Calhau - "O Sr. Presidente da Junta tem consciência da realidade da sua freguesia, reclamou e defendeu os interesses da sua freguesia, onde o deveria ter feito. É o político mais experiente e não precisa de defesa. Estou a falar dele porque está a ser o alvo preferencial desta discussão. A nossa função é no sentido de que ele já o fez, embora sugeríssemos ao executivo o aumento das verbas para as Juntas." ----

Ana Cristina Oliveira - "A minha intervenção vai no sentido de comentar algumas afirmações feitas pelo Sr. Vitor Clemente. "*Os compromissos do PSD ao seu eleitorado*". Concordo! "*O verniz caiu*". Concordo! "*O programa eleitoral não vai ser cumprido*". O Lima falou nos "cortes". Foi a palavra mais utilizada hoje. As percentagens valem o que valem, Sr. Clemente. "*Política retórica*", Gostei!" -----

Carlos Lima - "Não há ataque específico ao amigo Francisco Guerreiro. Receita de dezasseis milhões para o próximo ano é muito. Como? O que irá ser vendido?" -----

Vitor Clemente - "Em relação ao passado que falou, toda a gente sabe que fui Vereador. Neste momento não interessa. Neste momento sou Membro da Assembleia

Municipal de pleno direito. No que diz respeito ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, tem razão ao mencionar que não havia verbas. Também, em vários casos, os valores da contribuição predial eram valores totalmente diferentes. Estamos a falar de uma estrutura da Câmara que, hoje, em termos comparativos, você não consegue comparar com nada. A situação da verba que lhe é atribuída, é uma verba por vontade política. No passado nunca passaram esse tipo de verba à Junta de Freguesia de Albufeira, porque a lei dava nesse sentido em termos de distribuição de verbas. Em termos comparativos com Ferreiras, Olhos d'Água, Paderne ou Guia, não tem o mesmo tipo de tratamento, não trata das vias, não arranja valetas, uma série de coisas. No que diz respeito ao membro da Assembleia, na colocação dos números, estão cá todos e estou em condições de apresentá-los. Aquilo que vi, aliás o Sr. Presidente pode confirmar, em termos de verbas que estão inscritas para 2011, vão para 2012 e algumas para 2013. Porquê? Todos nós sabemos, está claro. Eu compreendo perfeitamente a situação mas compete-me levantar este tipo de situação e aos Senhores também, quando surge dúvida, ou já sabem tudo. Penalizações das Freguesias. Pois há Participação na construção de Creche das Ferreiras. Neste momento não há comparticipação, passou para 2012 em vez de ser em 2011. É normal. Mas são situações preocupantes, não só para a Câmara mas também para os Membros da Assembleia, bem como para os elementos da Junta de Freguesia de Ferreiras, ou de outra parte do concelho. Ninguém pode levar a mal, nem eu levo a mal, de eu levantar, questionar e tentar obter respostas. Respostas essas, algumas já eu sei, mas eu gosto de ouvir. É conveniente abordar a matéria." Entrega documento escrito à Mesa (Doc.7).



61

MAS DADO QUE OS SENHORES PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIAS NÃO SE
APERCEBERAM INFORME DO QUADRO

ANO 2010.....2011
ALBUFEIRA.....81731.....77604
FERREIRAS.....220318.....219302
GUIA.....202208.....201598
OLHOS DE AGUA.....173763.....177669
PAULRNE.....196325.....186509



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca os pontos a votação, separadamente. -----

VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2011/2014 -----

Votos Contra: três (03) Vítor Clemente da Silva, Florbela Caixinha e Carlos Lima. -----

Abstenções: uma (01) Ramiro Fernandes. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Alberto Saraiva, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Luís Reis e Luis Fernandes. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

VOTAÇÃO: ORÇAMENTO 2011 -----

Votos Contra: três (03) Vítor Clemente da Silva, Florbela Caixinha e Carlos Lima. -----

Abstenções: uma (01) Ramiro Fernandes. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Alberto Saraiva, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Anabela Nobre, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Luís Reis e Luis Fernandes. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

Vitor Clemente – Apresenta declaração de voto (doc.8). -----



7

DECLARAÇÃO DE VOTO

DOS MEMBROS DO PARTIDO SOCIALISTA COM ASSENTE NESTA ASSEMBLIA MUNICIPAL

VOTAMOS CONTRA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011 A 2014 E CONTRA O ORÇAMENTO PARA 2011, POR CONSIDERARMOS:

1º- NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO A CAMARA MUNICIPAL, REMETE DOS SEUS COMPROMISSOS ELEITORAIS PARA O FINAL DA LEGISLATURA

2º- NÃO É ORÇAMENTO QUE SE APRESENTE A UMA ASSEMBLEIA

3º- NO CAPITULO DAS RECEITA É BEM NOTÓRIO A COLOCAÇÃO DE VERBAS NO SENTIDO DE SATISFAZER AS DESPESAS, ONDE PARTIMOS DE UM PRINCIPIO QUE AS RECEITAS NÃO SERÃO EFECTIVADAS NEM COM MILAGRES.

4º- NÃO SENDO DE FACTO UM ORÇAMENTO CREDIVEL

COMO TAL E EM FACE DA DISCUSSÃO, VOTAMOS CONTRA O GOP 2011-2014 E O ORÇAMENTO PARA 2011

ALBUFEIRA, 22 DEZEMBRO DE 2010



Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia antes de encerrar a sessão deseja a todos os presentes um Santo Natal e um próspero Ano Novo. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia " estando encerrada a ordem do dia, e todos sabendo da grande perda que sofreu o nosso colega Carlos Santos, com o falecimento do seu filho Hugo Santos, proponho que observemos um minuto de silêncio, em sua memória e homenagem", no que todos os Membros da Assembleia concordaram, levantando- se e tendo sido cumprido esse minuto. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 01:45 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 23 de Dezembro de 2010 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____



h.
f.

**2ª Alteração
em 22 de Dezembro de 2010
à
Tomada de Posse
do
Conselho Municipal
de Segurança de
Albufeira**

Mandato 2009 - 2013

**Realizada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de
Albufeira de 17 de Dezembro de 2009**

Luis Matias Afonso - Representante da SOLCOOP de Albufeira; -----

• Luis Matias Afonso

O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Eduardo da Silva e Sousa -----

Carlos Eduardo da Silva e Sousa

A Primeiro Secretário, Maria Eugénia Xufre Baptista -----

Maria Eugénia Xufre Baptista

A Segundo Secretário, Maria Isabel Rodrigues Mateus -----

Maria Isabel Rodrigues Mateus

